



PORTE
PAGO



ELO

O problema dos deficientes não se resolve pelo método biológico

JORNAL ANO XXII

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DIRECTOR: José Diniz

MENSÁRIO MARÇO 1996
N.º252 PREÇO 130\$00

Assembleia Geral Nacional

13 Abril - 14H00

CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, ao abrigo da alínea a) do artigo 25º dos Estatutos, convoca todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Ordinária que se realizará às 14h00 do dia 13 de Abril de 1996 no Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, sito na Av. Rainha D. Amélia (junto à Sede), 1600 Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Ratificar a nomeação do associado nº 11521, José Alberto Bento Raimundo para 1º Secretário da MAGN e do associado nº 311, José Machado Dinis para 2º Secretário da MAGN (nº 1 do artigo 19º);
- 2 - Ratificação da nomeação do associado nº 150, Humberto Sertório Fonseca Rodrigues para o cargo de 2º Secretário da DN (nº 1 do artigo 19º);
- 3 - Analisar e votar o Parecer do CN sobre a execução dos orçamentos da ADFA (alínea c do artigo 34º);
- 4 - Discussão e votação do Relatório de Actividades do CN, o Relatório e Contas da DN e o respectivo Parecer do CFN (alínea b do artigo 34º);
- 5 - Regularização da situação dos associados que têm quotas em atraso;
- 6 - Proposta de actualização de quotas para 1997;
- 7 - Estratégia legislativa da ADFA;
- 8 - Estatuto jurídico do CRPG.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1996

A M.A.G.N.
O Presidente

Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício

NOTAS:

- 1 - Esta convocatória anula a que foi expedida no "ELO" de Fevereiro.
- 2 - Número 2 do artigo 27º dos Estatutos: "Os documentos referidos no número anterior e os livros relativos às contas poderão ser examinados pelos associados, na Sede e Delegações, nos dez dias que antecedem a sessão em que irão ser apreciados."
- 3 - Chama-se a atenção dos associados que para sua maior comodidade e para um melhor funcionamento da AGN, o local da sua realização foi alterado e realizar-se-á na Salão do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa.

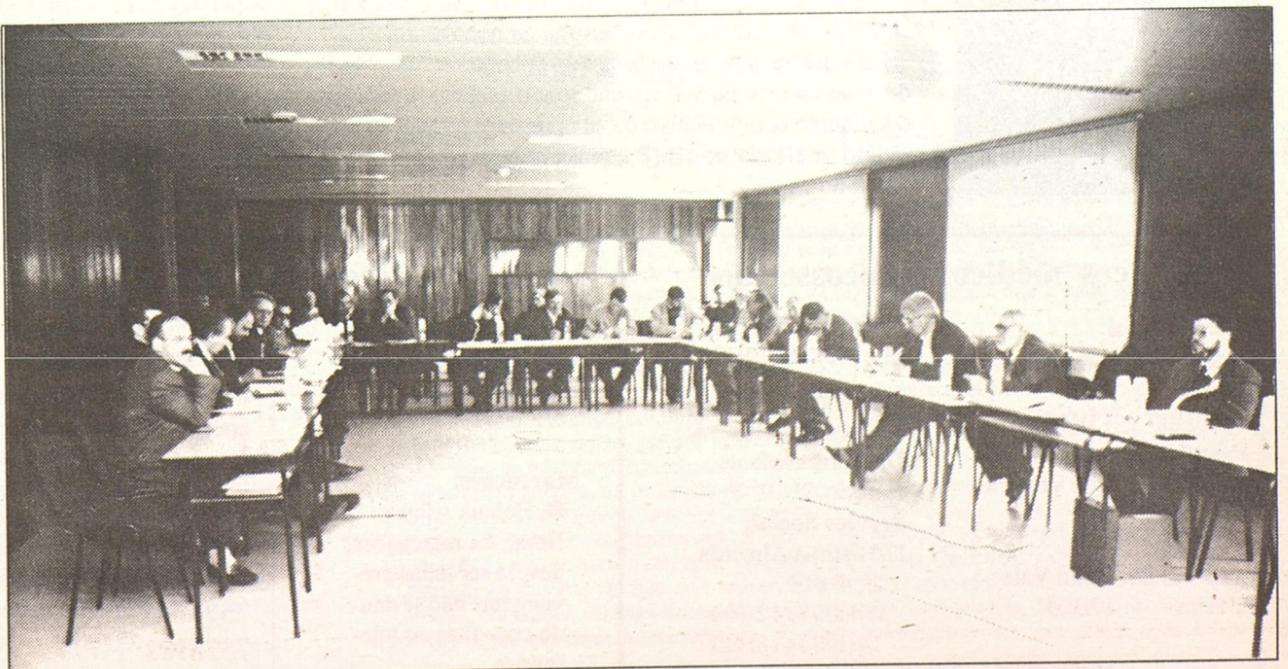
Presidente da República vai receber Direcção Nacional da ADFA

A ADFA esteve presente nas cerimónias da Tomada de Posse do Dr. Jorge Sampaio



Em 11 de Abril
A ADFA vai discutir estratégia legislativa com o Secretário de Estado da Defesa Nacional (pág. 3)

Conselho Nacional realizou reunião ordinária (pág. 16)



Mudanças na Reabilitação em curso

(pág. 3)

ELO

Propriedade:
Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Administração e Redacção:
Av. Padre Cruz - Edifício ADFA - 1600 LISBOA
Tel. (01)7570502 / 7570583 / 7570645 / 7570702

Fax 7571319

Director:
José Diniz

Conselho de Redacção: Armindo Roque, Carmo Vicente, Dias Antunes, Guedes da Fonte, Jaime Ferreri, José Maia, Patuleia Mendes, Sá Flores, Victor Sengo.

Colaboradores permanentes:
Abel Fortuna, António Carreiro, João Gonçalves.

Fotógrafo: Farinho Lopes

Composição e revisão: Santos Silva, António Lemos

Maquetagem e paginação:
Armindo Roque

Montagem e Impressão:
Interpress, Gráfica
R. Luz Soriano, 67 - 1100 Lisboa

Gravação do "ELO" sonoro:
Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

Depósito Legal: ESGMJ 105068

Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal.

Assinaturas:

Anual (11 nº, 1 300\$00.

Quando o envio do jornal for para fora de Portugal, os associados e assinantes suportarão os respectivos "portes", cujo valor anual é o seguinte:

Europa: 2 420\$00
Fora da Europa: 3 740\$00

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do "ELO", sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Tabela de publicidade

1 pág. (excepto 1ª e última)	80
000\$00 1/2 página	46 000\$00
46 000\$00 1/4 página	26 000\$00
1/6 página	16 500\$00

Pequeno anúncio=
450\$00 x 1 cm x nº de colunas.

Cada assinante um amigo

Comemorações

do 22º Aniversário da ADFA

Como todos sabem, a nossa Associação completa no próximo dia 14 de Maio 22 anos de existência.

O "Dia Associativo" vai ter lugar no domingo, 12 de Maio.

Está em preparação um programa comemorativo a que ainda falta "afinar" alguns pormenores, motivo por que só no próximo número faremos divulgação do mesmo. Entretanto as Delegações serão informadas dos pormenores das comemorações.

Reunião de sócios na Sede

19 de >Abril de 1996, 20:30 horas

CONVOCATÓRIA

A Direcção Nacional convida todos os associados a estarem presentes numa reunião que se realiza no próximo dia 19 de Abril, sexta feira, pelas 20:30 horas, a qual terá lugar na Sede Nacional, com os seguintes pontos da ordem de trabalhos:

- 1 - Situação financeira da ADFA e estrutura de funcionamento dos serviços na Sede e Delegações;
- 2 - Informações da Direcção Nacional

Lisboa, 21 de Março de 1996

A DIRECÇÃO NACIONAL

IRS

Declaração Mod. 2

Conforme informámos no último número, terminará no dia 30 de Abril o prazo de entrega das declarações modelo 2 do IRS, respeitantes a rendimentos recebidos por trabalhadores independentes (categoria B), por empresários em nome individual (categoria C) e outros, ainda que em conjunto com as categorias A e H.

Acesso ao Refeitório

do Hospital Militar Principal

Na reunião efectuada em 29 de Fevereiro/96, entre o Serviço de Acção Social da ADFA e a Secção de Alimentação do H.M.P., ficou esclarecido o funcionamento do acesso às refeições no Hospital Militar Principal por parte dos deficientes que ali acorram para consulta ou tratamento.

Para terem acesso gratuito ao almoço, os associados deverão solicitar no Serviço onde estão a ser consultados um documento comprovativo da sua presença, o qual entregará no refeitório do HMP que serve almoços a partir das 12:30 horas.

Comemoração do 25 de Abril na ADFA

JANTAR CONVÍVIO

24 de Abril 20H30

EMENTA

Creme de Ervilhas com presunto
Ganso de vitela estufado
Arroz doce
Salada de Frutas
Vinhos, cerveja, águas ou sumos
Café e digestivo

Preço por pessoa: 1.500\$00

O serviço de Bar não está incluído no preço da refeição. Espectáculo às 22H00, com música e momentos de poesia. Actuações: Grupo 3 de Abril; Gordilho; Dr. Américo Pereira Manuela Moreira.

As inscrições deverão ser efectuadas, até ao dia 22 de Abril, através do Telefone da Sede: (01)7570422 - Ext. 214 (GED). O pagamento será feito no próprio dia, na linha Self-Service.

Quotas

Ano de 1996

Informam-se os associados que, de harmonia com as determinações dos Estatutos, a Assembleia Geral Nacional Ordinária de 30 de Março do ano passado deliberou que o montante mensal das quotas a pagar no ano de 1996 é de 525\$00.

Comunica-se, por outro lado, aos associados, em especial aos que não optaram pelo pagamento das quotas através de desconto em conta bancária, que o seu montante, correspondente a 6 meses, é de 3.150\$00 e, relativo a todo ano, é de 6.300\$00

Exorta-se uma vez mais os sócios para a sua total participação na vida associativa sendo o atempado pagamento de quotas um dos princípios em que assenta essa desejada participação que se compõe de direitos e de deveres.

Lembra-se, a propósito, que só poderão participar na Assembleia Geral Nacional de 13 de Abril, os associados que tenham as suas quotas em dia.

Espectáculos de Dança com Bailarinos deficientes

A Culturgest vai promover, nos dias 10 11 de Maio dois espectáculos a cargo da companhia de dança contemporânea "Cando co", composta por bailarinos profissionais, deficientes e não deficientes.

Os espectáculos terão lugar na sede da Caixa Geral de Depósitos - Av. João XXI, em Lisboa. Os interessados em assistir deverão requisitar as entradas na bilheteira até 7 de Maio. Será facultada assistência aos deficientes que dela necessitem e aos seus acompanhantes será concedida entrada gratuita.

As marcações e contactos deverão ser feitos para os seguintes telefones: (01)7953000/7905454 ou Fax 8483903.

Sócios falecidos

Agostinho Mário Rodrigues, sócio nº 746, de 43 anos, faleceu no dia 15/02/96

Tinha 26,5% de incapacidade.

Residia no Cabo Podão-Estreito da Câmara de Lobos - Madeira

Deixa viúva a Sra.D. Maria Dolores Gonçalves e órfã uma filha menor.



Matias Fiúza Álvares da Costa, sócio nº 12.763, de 71 anos, faleceu no dia 21/11/93

Tinha 30% de incapacidade.

Residia em Lisboa



Francisco Dias, sócio nº 9.902, de 82 anos, faleceu no dia 30/01/96.

Residia em Boliqueime.

Deixa viúva a Sra.D. Gertrudes da Conceição Correia e uma filha.



Reinaldo José Silva Diniz, sócio nº 5.863 de 47 anos, faleceu no dia 14/02/1996.

Tinha 28% de incapacidade.

Residia em Vendas de Azeitão.

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Serviços médicos e psicossociais

Clinica geral
médico: Dr.Fernando Brito
2ª-13H00 5ª-13H15
Psiquiatria
médico: Dr. José Tropa
6ª-14H30
Urologia
médico: Dr. Paulo Vale
2ª feira 17H00

Análises Clínicas:
6ª - 9H00 às 10H00
Psicologia Clínica e Stress de Guerra:
Drª Teresa Infante
Horário: 2ª- 3ª- 4ª
Serviço Social:
Drª Fátima Almeida
2ª, 4ª e 6ª
09H00 às 12H00
14H00 às 18H00

Marcações: D. Elizabete Couto

Gabinete Jurídico

advogado:
Dr. António Carreiro
3ª e 5ª
14H00 às 18H00

Marcações:
D. Helena Afonso
Nota: As marcações devem ser feitas previamente não se dando consultas ao telefone.

Solicita-se a todos os associados que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência pelos telefones:

7 5 7 0 5 0 2 /
7570583/7570422/
7570645/7570702/
7570781

Quotas em dia direitos assegurados

Horário da Sede

Expediente:
10H00 às 19H00

Intervalo de almoço
13H00 às 14H30

Serviço de almoço:
2ª a 6ª das
12H00 às 14H30

Serviço de bar:
2ª a 6ª das
10H00 às 19H00

Presidente da República vai receber a Direcção Nacional da ADFA

O Presidente da República vai receber, no próximo dia 10 de Abril, a Direcção Nacional da ADFA.

Esta audiência foi solicitada logo após a tomada de posse do Dr. Jorge Sampaio e tem como objectivo informar o Senhor Presidente da República sobre os fins e actividades da Associação, bem como procurar obter, no futuro, o patrocínio da sua atenção.

Foi propósito da Direcção Nacional manter e estreitar a ligação da ADFA ao Presidente da República e simultaneamente Comandante Supremo das Forças Armadas. O Presidente da República cessante, Dr. Mário Soares, acompanhou sempre com a maior atenção a actividade da ADFA. Essa atenção teve como última expressão a condecoração da Associação, com a Ordem do Mérito, no passado dia 13 de Fevereiro.

A Direcção Nacional felicitou, por telegrama, o Dr. Jorge Sampaio, logo após a sua eleição. Os termos de grande consideração pela ADFA, expressos em carta enviada pelo Presidente da República eleito ao Presidente da Direcção Nacional, publicada no último número do "Elo", são reconfortantes para os deficientes das Forças Armadas.

É disso confirmação o facto do Senhor Presidente ter convidado a ADFA, através do Presidente da Direcção, para a recepção que, no dia da tomada de posse, deu no Palácio da Ajuda. A ADFA reconheceu esta consideração e correspondeu com a sua presença.

O discurso de posse do Senhor Presidente da República, embora sem referir expressamente os deficientes das Forças Armadas, é, em algumas passagens, encorajador das legítimas aspirações destes, no sentido de ser feita, para muitos, uma justiça com atraso de mais de vinte anos. Citamos:

"Procurarei ser um Presidente próximo das pessoas. Farei dessa minha intenção o timbre do meu mandato. Ouvirei atentamente os portugueses. Ouvirei todos. Mas estarei, naturalmente, atento aos excluídos do sistema ou das políticas, remetidos, tantas vezes, a um estatuto de dispensáveis. Não há portugueses dispensáveis. Essa é uma ideia intolerável."

Em 11 de Abril

Secretário de Estado da Defesa Nacional vai receber Direcção da ADFA

O Secretário de Estado da Defesa Nacional vai receber a Direcção da ADFA, no próximo dia 11 de Abril.

Esta audiência, solicitada pela Direcção Nacional da Associação, na sequência do documento sobre a estratégia legislativa apresentado a este membro do Governo em Janeiro e divulgado no "Elo" do mesmo mês, reveste-se da maior importância.

Existe uma grande expectativa por parte dos sócios quanto ao resultado desta audiência, tanto mais que a questão da legislação está agendada para a Assembleia Geral Nacional que se realizará dois dias depois.

Nos últimos meses tem-se vindo a alargar e intensificar o debate interno sobre a nova legislação que é necessário aprovar, dadas as situações de injustiça prevalentes há décadas. A Assembleia Geral Nacional como órgão máximo da ADFA vai ser chamada a pronunciar-se, esperando-se que dê um novo e importante impulso a este debate.

Audiência com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação vai receber, em audiência a nosso pedido, a Direcção Nacional, para na prossecução de anteriores contactos, já noticiados no "Elo", implementar as nossas relações com os deficientes militares angolanos consubstanciadas na criação de um Centro de Reabilitação em Luanda destinado ao fabrico de próteses e ortóteses, formação profissional e colocação dos formandos em mercado de trabalho.

Na sequência da deslocação a Angola de um representante da ADFA integrado na comitiva presidencial, em Fevereiro, foi apresentado à Secretaria de Estado da Cooperação um anteprojecto visando a construção do referido Centro Piloto de Reabilitação Integrado que está a ser analisado no Instituto da Cooperação. Constatase que o seu estudo está a ser demasiado arrastado no tempo não aceitando a ADFA que a responsabilidade da eventual inviabilização deste projecto lhe possa vir a ser atribuída, pelo que a audiência do próximo dia 8 constituirá um momento privilegiado para a reposição da dinâmica desencadeada com a visita deste membro do Governo ao nosso Centro de Reabilitação de Gaia, em 13 de Dezembro passado.

Mudanças na Reabilitação

Novo Secretário Nacional de Reabilitação tomou posse.

Direcção Nacional da ADFA foi recebida pelo Secretário de Estado da Inserção Social.

No dia 21 de Março foi empossado, na Quinta da Malvasia, o novo Secretário Nacional de Reabilitação, Dr. Vitorino Vieira Dias.

Este acto de posse apanhou a ADFA de surpresa, já que, mais do que um novo responsável daquele organismo, era necessária uma nova política de reabilitação e conseqüentemente um novo organismo.

A surpresa passou a estupefacção na cerimónia de posse, onde a ADFA esteve representada (através dos Presidente e Vice-Presidente da Direcção Nacional). Sem a presença da comunicação social, com uma referência menor aos próprios deficientes, os destinatários da reabilitação, sem o anúncio das mudanças esperadas, assistiu-se a uma cerimónia de posse apagada, denotadora da continuidade do silêncio que nos últimos tempos vem povoando o mundo dos deficientes.

Nesse mesmo dia, a Direcção Nacional da ADFA reafirmou publicamente, através de comunicado a seguir transcrito, as suas expectativas quanto às necessárias mudanças profundas na reabilitação.

Ao mesmo tempo, solicitou uma audiência de urgência ao Ministro da Solidariedade e ao Secretário de Estado da Inserção Social.

Este último membro do Governo recebeu a Direcção Nacional no dia 26 de Março, onde este assunto foi abordado com profundidade. Ficou a ADFA tranquila, pois as mudanças esperadas não foram inviabilizadas nem adiadas. A lei orgânica da Ministério da Solidariedade, já aprovada, prevê a extinção do Secretariado Nacional de Reabilitação, a sua substituição por um novo organismo e a criação de um Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, na dependência directa do Secretário de Estado da Inserção Social.

Houve ainda oportunidade de abordar com o senhor Secretário de Estado, Dr. Rui Cunha, outros assuntos de interesse para a ADFA, nomeadamente a transferência da Tipografia e criação de serviços de reabilitação na Associação.

Espera-se que as novas estruturas nacionais de reabilitação sejam definidas e entrem em funcionamento rapidamente, em resposta às expectativas criadas, conforme a ADFA refere no comunicado tornado público, que a seguir se transcreve.

COMUNICADO

Foi hoje, 21 de Março, empossado o novo Secretário Nacional de Reabilitação.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) espera que este acto assinala o início de uma nova era na história da reabilitação em Portugal, caracterizada pela assunção das pessoas com deficiência à cidadania plena.

Nos últimos anos, em Portugal, as políticas de reabilitação, ou a sua ausência, isolaram os deficientes num mundo de silêncio, afastando-os dos caminhos do "progresso", que atravancavam.

O Secretariado Nacional de Reabilitação, serviço governamental depositário de muitas das esperanças dos deficientes portugueses, contribuiu, ironicamente, nos últimos anos, para a sua guetização.

Os vícios acumulados não permitem a recuperação deste organismo. Espera-se que venha a ser extinto e substituído por uma estrutura oficial capaz de responder às exigências actuais em matéria de definição, articulação e coordenação das políticas nacionais e regionais de reabilitação.

A ADFA espera que a nova reabilitação valorize a participação dos deficientes portugueses na procura das melhores formas de resolver os problemas que os afectam. A disponibilidade de participação empenhada da ADFA, manifestada e reafirmada, será extensiva, estamos convictos, a todas as organizações de deficientes.

A ADFA fez sentir ao Governo, em devido tempo, a importância e significado que teria a nomeação, para o cargo de Secretário Nacional de Reabilitação, de uma pessoa com deficiência.

Não terá sido encontrada, dentro do vasto universo de deficientes, uma pessoa que reúna as condições necessárias para o desempenho deste importante cargo. Assim ser, a tal não será estranho o fatal apagamento público a que o cidadão portador de deficiência está votado.

De qualquer modo, a ADFA respeita a legítima escolha do Governo, na convicção de que foi a melhor, e deseja ao agora empossado, Dr. Vitorino Vieira Dias, o maior êxito no exercício do cargo.

Lisboa, 21 de Março de 1996

Conferência de Imprensa de 31 de Janeiro

Um esclarecimento da Direcção Nacional

No artigo publicado na última página do número transacto, que relatava a conferência de imprensa dada pela DN, no dia 31 de Janeiro, a propósito do soldado ferido na Bósnia, o texto não corresponde minimamente ao que na altura foi afirmado pelo Presidente da Direcção Nacional.

Esta passagem foi objecto de um esclarecimento da Direcção Nacional junto do Ministro da Defesa Nacional e das autoridades militares. Desse comunicado transcrevemos a parte que repõe a verdade das afirmações então produzidas e que é a posição da ADFA:

"Relativamente ao acidente ocorrido na Bósnia, que provocou a morte de dois militares e feriu um terceiro, tivemos oportunidade de esclarecer os órgãos de informação sobre as diferentes possibilidades da sua classificação final, conforme a consideração ou não, pelos serviços exteriores ao Ministério da Defesa Nacional, do despacho nº 4/MDN/96. Esse esclarecimento é incorrectamente relatado pelo jornal "Elo" da ADFA, na sua edição de Fevereiro, na página 12, em texto assinado por um elemento da redacção. De facto, na conferência de imprensa, não afirmámos que "o acidente não pode ser considerado em campanha mas sim em serviço", conforme vem expresso no "Elo", mas que, no actual quadro legislativo, é passível de ser ou não considerado em campanha pela Procuradoria Geral da República ou em serviço ou sem relação com o mesmo pela Caixa Geral de Aposentações.

Não temos dúvidas de que este acidente deve ser considerado como ocorrido em campanha. Torna-se, entretanto, necessário que legislação inequívoca o garanta. Tal como se torna necessário que legislação adequada venha resolver situações semelhantes que, por serem mais antigas, não devem ser desmerecedoras de atenção, porque estão em causa valores humanos iguais."

Reunião de Março

Sócios manifestam-se sobre quotas em atraso

Realizou-se no passado dia 02 de Março no Auditório da Delegação do Porto a habitual reunião dos 1^o Sábados do mês. Esta reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

- 1^o - Proposta para a regularização de quotas apresentada pela D.N.;
- 2^o - Legislação;
- 3^o - Informações.

A reunião iniciou-se cerca das 15H00 sendo primeiro orador o Presidente da Delegação que numa rápida intervenção, percorreu os três pontos agendados, salientando-se o seguinte:

Ácerca da proposta elaborada pela D. N. sobre a regularização de quotas em atraso, realçou o esforço da D. N. em tentar recuperar estes sócios.

Ainda acerca deste ponto, frisou que a Delegação. Porto no seu Relatório de Actividades aprovado na última Assembleia Geral Ordinária da Delegação apresentou um quadro comparativo dos associados com quotas em atraso, onde se pode analisar a evolução desta situação. Disse ainda que, como forma de sensibilizar os associados para esta situação, têm sido enviadas cartas aos mesmos com quotas em atraso, apelando à sua regularização.

Relativamente à proposta apresentada pela D. N. sobre esta matéria o Presidente da Delegação teceu algumas considerações informando que este assunto irá ser discutido na próxima Assembleia Geral Nacional na Sede no dia 13 de Abril.

Informou os presentes que para assistir a esta A.G.N. a Delegação. Porto irá disponibilizar um autocarro para os interessados. Acerca da criação de uma quota suplementar o Presidente da Delegação deixou à discussão dos associados presentes esta questão. Após esta intervenção iniciaram-se as inscrições tomando a palavra o associado Albino Maia que começou u por rotular a proposta da D.N. de polémica e disse estar contra este documento, não concordando também que se perdoem as quotas em atraso.

Sobre a quota suplementar disse estar contra porque, segundo o seu ponto de vista, vai acarretar problemas do género..... "eu pago mais, portanto"...

Referindo-se ao documento, sugere-se que todos os associados sejam enquadrados na alínea a) do referido documento, eliminando eventuais diferenças de qualificação

Quanto à readmissão de sócio, segundo Albino Maia, deverão ser aplicados os Estatutos, pois todo aquele que deixar de ser sócio deverá ser objecto de um novo processo, devendo o interessado ser sujeito ao pagamento de uma Jóia e lhe ser atribuído novo número de sócio.

Aconselhou a repensar na recuperação de sócios com quotas em atraso.

Augusto Santos, salientando as baixas pensões auferidas pelos Deficientes em Serviço disse concordar que alguns destes associados sejam isentos do pagamento de quotas, depois de analisados os motivos do seu não pagamento.

Em relação à quota extraordinária disse que poderá concordar ou não, em função da finalidade a que se destinar essa verba. Não concorda com o nº 4, alínea b) do documento, pois segundo o seu entendimento, depois do associado liquidar as quotas em atraso deveria ser-lhe atribuído o mesmo número de sócio.

Concorda com as sanções a aplicar aos associados que deixaram de pagar as quotas, inibindo-os de participar em Órgãos nos três anos imediatos.

De seguida usou da palavra o associado José Cunha Nogueira, que disse estar de acordo em todos os pontos focados pelo associado Albino Maia, bem como os pontos focados pelo associado Augusto Santos.

Tomou uso da palavra o associa do Ferreira de Oliveira salientado que:

Acerca das quotas em atraso por parte dos Deficientes em Campanha disse não existirem razões para que isto se verifique em virtude das pensões auferidas.

Quanto aos Deficientes em Serviço pôs a hipótese de ser criada uma quota de menos valor, atendendo às baixas pensões, sem que esta situação crie problemas de divisionismos entre os DFA e Deficientes em Serviço.

Acerca da situação das viúvas, concorda que sejam isentas do pagamento de quotas, mas se tiverem possibilidades e o queiram fazer, deixar-lhes a hipótese de poderem contribuir para a Associação.

Sobre a quota suplementar interrogou quanto ao seu destino, concordando que a mesma exista mas que o montante seja afectado à Delegação a que o sócio pertence. Disse ainda que a Delegação do Porto pugna pela Justiça e julga que seria bom que os D.F.A. pagassem a referida quota.

José Noronha: Disse pugnar pela igualdade de direitos. Não concorda que se perdoem as quotas em atraso. Acerca da readmissão de sócios, acha que o interessado deverá assumi-la com a atribuição de um novo número de sócio e pagar uma Jóia a estipular.

Disse não concordar com a quota suplementar mas concordar com donativos ou subsídios com fins e objectivos definidos. Referiu que D.F.A. e Def. em Serviço devem estar sempre em igualdade de circunstâncias. Referiu ainda que os Estatutos prevêem que o associado com dificuldades económicas poderá pedir a isenção de quotas. Em seu entender os D.F.A. têm condições para pagar quotas, não concordando que existam dois níveis de quotas, um para os D.F.A. e outro para os P. Invalidez, concordando, no entanto, que as viúvas possam ser isentadas desse pagamento. José Noronha disse ter sido positiva a argumentação dos associados face ao documento apresentado pela D. N..

A posição deste associado em relação ao ponto 4. a) é a de que existem Deficientes em Campanha e em Serviço que nunca aderiram à A.D.F.A. os quais também sairão sempre beneficiados. Disse que um sócio após a liquidação das quotas em atraso deverá recuperar o seu anterior número, não lhe repugnando a hipótese de lhe ser aberto um novo processo.

Henrique Rodrigues: Disse não concordar com o documento na sua quase totalidade. Teceu algumas considerações acerca do ponto 4 do documento, quanto às quotas suplementares disse não ver expressa a sua periodicidade e encara esta atitude como um pouco de caridade. Acerca da readmissão disse concordar com o pagamento de uma jóia elevada mas discordar com o pagamento total das quotas.

Falou de seguida o associado Domingos Leite dizendo ser a favor do pagamento das quotas com a atribuição do antigo número de sócio, não concordando que as quotas em atraso sejam perdoadas.

Por último falou o associado Joaquim Oliveira Silva, dizendo que os associados devem pagar as quotas desde a data em que deixaram de o fazer até ao momento.

A finalizar o Presidente da D. D., relatou as conclusões desta reunião.

CONCLUSÕES

1^o - Qualquer associado que tenha dificuldades económicas poderá com base nos Estatutos requerer a isenção do pagamento das quotas;

2^o - Não deve haver amnistia ou perdão;

3^o - Discordância quanto à fixação de uma quota extraordinária;

4^o - Na readmissão, os associados deverão pagar todas as quotas em atraso e manter o seu número de sócio;

5^o - Devem ser aplicadas sanções associativas para os associados com quotas em atraso;

6^o - Um associado que não aceite o pagamento integral deve ser considerado como um associado que entre pela 1^o vez nesta A.D.F.A., com novo número agravado do pagamento de uma multa a estipular.

Informou ainda que a próxima reunião se efectuará no próximo dia 30 de Março para discutir unicamente o documento emanado da D.N., assim como a D. D. irá promover reuniões descentralizadas para ouvir e debater esta problemática.

Esta reunião contou com a presença de vinte e três associados.

Delegação e Junta de Freguesia de Ramalde estreitam relações

A Junta de Freguesia de Ramalde recebeu a Direcção da Delegação do Porto no passado dia 6 de Março, tendo-se tratado da 1^o reunião com a Autarquia onde a Delegação se encontra sediada.

Na mesma, foram dados a conhecer os objectivos e as actividades prosseguidas pela ADFA, tendo o Presidente da Junta mostrado desde logo, grande vontade em conhecer as Instalações da Delegação.

Assim, no dia 9 do mesmo mês, fazendo-se acompanhar de alguns membros da sua equipa, o Presidente deslocou-se à Delegação, tendo percorrido com interesse os Serviços.

No final da visita, realizou-se uma reunião onde foram abordados diversos assuntos, entre os quais as formas em que poderá vir a haver colaboração.

Direcção recebida no Centro Regional de Segurança Social do Norte

A Direcção da Delegação do Porto foi recebida no passado dia 12 de Março pelo Presidente do Centro Regional da Segurança Social do Norte.

Esta reunião serviu para dar a conhecer àquela entidade os objectivos e a actividade da ADFA, assim como para informar dos projectos que estão previstos.

No final da reunião houve lugar a uma troca de impressões acerca da problemática dos Deficientes Militares, ficando em aberto o relacionamento e o diálogo para futuras colaborações.

Comemorações

do 25 de Abril

A Delegação do Porto para assinalar a passagem de mais um aniversário do 25 de Abril, vai levar a efeito o seguinte programa:

Exposição de Pintura;

Pintores da Escola PRA'TELA expõem de 19 de Abril a 01 de Maio, no Salão da ADFA.

Horário: das 14H00 às 19H00.

Jornada Desportiva:

No dia 25 de Abril e nas instalações da Delegação realizam-se jogos com a participação de Deficientes de várias Associações nas modalidades de basket em cadeiras de rodas, futebol para cegos, ténis de mesa, xadrez, damas, malha e outros.

Actividade Cultural:

Dia 25 de Abril às 16,30 horas, Actuação da Tuna da Escola Secundária de Valadares - Vila Nova de Gaia.

Apelamos para que os associados participem nestas comemorações, comparecendo nesse dia, e integrando-se nos jogos. Também os filhos serão bem-vindos e poderão participar em todo o programa.

Façamos desta data uma jornada de convívio e solidariedade, lembrando o papel e a importância que o 25 de Abril teve na criação do nosso movimento associativo.

Consultas de Próteses no Hospital Militar do Porto

Informam-se os sócios que as consultas de próteses e ortóteses no Hospital Militar Nº 1 do Porto, no ano de 1996, efectuem-se nas seguintes datas:

Abril	10 e 24
Maio	08 e 29
Junho	12 e 26
Julho	10 e 31
Agosto	28
Setembro	11 e 25
Outubro	09 e 30
Novembro	13 e 27
Dezembro	11

Programas de Férias

Passeio a Madrid nos dias 8, 9 e 10 de Junho

Informe-se Junto da Delegação

Férias em Matalascañas (Sevilha)

De 08 a 16 de Junho.

Preço por pessoa:..... 49.000\$00

Incluí:

Viagem em Autocarro de Turismo.

Pensão completa em Hotel de *** (3) Estrelas (desde o jantar do primeiro dia ao pequeno almoço do último dia.

Animação durante toda a estadia. Assistência permanente pelo representante da Agência.

Inscrições no Atendimento pelo Tel: 820744/820403 (Sónia Aguiar)

Convívio Associativo

Noite de fados

A Delegação do Porto vai realizar no próximo dia 20 de Abril, pelas 21,30 horas, um convívio associativo que constará de um Programa de Fados acompanhado por alguns acepipes servidos pela Cantina.

Actuarão alguns fadistas, podendo os associados com dotes artísticos juntar-se ao elenco.

O preço por pessoa será de 1.500\$00, devendo as inscrições ser feitas para o G.A.O.S. (820403).

RENAULT

Renault Portuguesa, S.A.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES
DESCONTOS AOS SÓCIOS

uma gama completa
versões a gasolina e a diesel

 **RENAULT**
Ao Ritmo da Vida

Relatório de actividades e contas do ano de 1995

INTRODUÇÃO

O ano de 1995 foi assinalado por uma profunda reflexão associativa, que marcou o início de um novo ciclo na ADFA.

A alteração dos estatutos, completada na Assembleia Geral Nacional de 11 de Março de 1995, no Porto, com adequação dos grandes princípios programáticos e da estrutura orgânica à realidade etária dos associados e às suas necessidades, marcou a viragem na história da Associação.

A mobilização que a revisão estatutária implicou teve a sua continuidade e intensificação no processo eleitoral, desde logo na organização aberta, transparente e participada das listas concorrentes, muito particularmente da lista para os órgãos nacionais, em cuja composição se revêem as várias sensibilidades associativas.

Com a eleição dos novos órgãos sociais, em 17 de Junho, pôs-se termo a um período da vida da Associação caracterizado pelo desvirtuamento de alguns princípios associativos, por um certo immobilismo e alguma demissão, tudo claramente evidenciado num preocupante alheamento e desmotivação de elevado número de sócios. O fraco fluxo de informação interna, a sucessão rotineira de mandatos, o esvaziamento das assembleias gerais, os serviços com o cariz de repartição pública, o fraco protagonismo no exterior, tudo isto fazia da ADFA um respeitável invólucro cada vez mais vazio.

A inversão deste sentido descendente foi já visível na última metade do ano de 1995. A difusão de informação, o apelo à participação, a intervenção no exterior com firmeza dialogante, a par de uma cuidada mas determinada reestruturação de todas as formas de funcionamento interno, foram, nos últimos meses de 1995, indícios fornecidos aos associados de que estavam criadas as condições para a recuperação da confiança associativa. A revitalização da participação associativa, a melhoria dos serviços prestados aos sócios e a reocupação do lugar na sociedade que por direito cabe à Associação, eis três vectores privilegiados para lançar a ADFA na senda da realização dos seus objectivos.

O presente relatório dá conta, por conseguinte, da actividade de duas Direcções da Associação distintas - da Direcção Central, até 1 de Julho, e da Direcção Nacional, a partir dessa data. De qualquer modo, embora coloque a tónica nas mudanças operadas nos últimos meses, o relatório compreende na íntegra, obviamente, as actividades de todo o ano de 1995.

As actividades resultantes da acção directa das duas Direcções, Central e Nacional, constituem o bloco fundamental do relatório. As actividades resultantes indirectamente da sua acção, nomeadamente as das delegações, submetidas em relatório próprio às respectivas Assembleias Gerais, e as do CRPG (Centro de Reabilitação Profissional de Gaia), que tem os seus órgãos próprios, vêm, a seguir, em separado.

I

ACTIVIDADE INTERNA

1. Espírito de entrega.

Os elementos da Direcção Nacional, ao aceitarem o encargo de dirigir a Associação, fizeram-no com espírito de entrega, ou seja, com o fim de servirem e não de se servirem. O exemplo da sua conduta deveria transmitir-se e reflectir-se em todo o corpo associativo, permitindo que na ADFA se inaugurasse uma nova era, onde o idealismo e o espírito de entrega se sobrepusessem aos pequenos interesses.

Dentro desse espírito de entrega e imbuídos desse idealismo, os membros da Direcção Nacional não só rejeitaram as pequenas mordomias herdadas - direito a telemóvel, cartão de crédito, uso indiscriminado de viatura, ajudas de custo, realização de despesas em serviço sem limite estabelecido e outras despesas sem critérios fixados -, como assumiram, por conta própria, um conjunto de encargos ao serviço da Associação - alimentação, deslocação em viatura própria, uso de telefone, falta a obrigações profissionais remuneradas, etc. O sacrifício pessoal será compensado associativamente se esta conduta se impuser como exemplo.

Foi desenvolvida uma acção pedagógica, aos vários níveis associativos, para que a austeridade, o rigor e a seriedade, no respeito pelo património colectivo, façam da ADFA uma pessoa de bem a todos os títulos. A par disso, foram tomadas as necessárias medidas, no sentido de se conseguir uma gestão rigorosa e produtiva, sem desperdício de meios.

2. Aplicação dos Estatutos

A Direcção Nacional privilegiou a criação de condições para o total aproveitamento e rigoroso cumprimento das novas disposições estatutárias. Para o bom funcionamento da nova estrutura orgânica, mais complexa e com maior número de elementos eleitos, valorizou-se a transparência e difusão sistemática de informação. Todos os órgãos eleitos passaram a receber com regularidade elementos sobre os assuntos de relevância associativa decorrentes do âmbito da competência da Direcção Nacional; as reuniões da Direcção Nacional foram sempre abertas a qualquer elemento de órgãos eleitos, a nível nacional, regional ou local. A Direcção Nacional, em articulação com a Mesa da Assembleia Geral Nacional e com o Conselho Fiscal Nacional, criou condições nas Delegações de Ponta Delgada e Évora para que o processo eleitoral ficasse concluído em toda a Associação, com preenchimento de todos os lugares previstos nos estatutos.

O regresso à actividade associativa e disponibilização de muitos sócios com capacidade para preencher cargos possibilitou a formação dos conselhos consultivos (económico, de reabilitação e jurisdicional) em devido tempo, que o Conselho Nacional, por proposta da Direcção Nacional, aprovou, em reunião de 25 de Novembro. A tomada de posse destes conselhos verificou-se em 16 de Dezembro.

A Direcção Nacional, como a própria designação indica, passou a ter um âmbito mais nacional, por isso estreitou as suas relações com as delegações, procurando, sem prejuízo da autonomia estatutariamente estabelecida, estimular a acção de cada uma e integrá-la no desenvolvimento global da Associação. Esta articulação visou uma sintonia nos domínios associativo e do funcionamento dos serviços. O primeiro mereceu prioridade e produziu resultados visíveis. O mesmo não sucedeu quanto à prestação de serviços aos sócios, domínio onde deve ser feito um grande esforço, no sentido, simultaneamente, de um melhor aproveitamento das potencialidades locais e de uma melhor harmonização de todos os serviços da Associação. O apoio da Direcção Nacional ficou aquém do desejável, especialmente às delegações mais distantes dos grandes centros e das quais os sócios mais necessitam.

Os núcleos dependentes directamente da Direcção Nacional foram acompanhados e estimulados.

Nos dias 4 e 11 de Novembro, realizaram-se plenários dos Núcleos, respectivamente, de Tomar e Aveiras-de-Cima, que elegeram as Direcções de Núcleo.

Em 28 de Outubro foi efectuada uma jornada associativa na Batalha, com almoço-convívio e homenagem aos militares falecidos.

Em 4 de Novembro, decorreu a tradicional noite de fados promovida pelo Núcleo de Aveiras.

Merece realce a revitalização do Núcleo de Peniche e a criação de condições para o surgimento de um Núcleo no Barreiro. Entretanto, foi desactivado o Núcleo de Cascais.

3. Participação associativa

O regresso dos sócios à vida associativa teve o seu início com a revisão estatutária, intensificou-se com as eleições, em Maio e Junho, e foi confirmado através de alguns actos internos nos últimos meses do ano.

Para além da desmobilização geral, três tipos de sócios, por razões distintas, pareciam irreversivelmente afastados da Associação:

- os sócios afectados pelo "stress" de guerra, integrados numa Associação específica - a APOIAR;
- os sócios oriundos da Guiné, agrupados numa jovem Associação - a Associação dos Ex-combatentes da Guiné;
- um grupo de militares do quadro permanente, que se constituiu em movimento próprio para obter a tradução na pensão das graduações.

O regresso à ADFA destes três grupos afastados constituiu um dos objectivos mais urgentes da Direcção Nacional. Foi plenamente conseguido.

- O "stress" de guerra passou a ser preocupação da Associação, vocacionando-se os serviços clínicos da Sede para o seu despiste e tratamento, para além de se iniciar um diálogo e uma colaboração frutíferos com a APOIAR e com o Serviço de Psicoterapia Comportamental do Hospital Júlio de Matos.

- Especificamente destinada aos sócios da Guiné, realizou-se uma reunião na Sede, no dia 21 de Outubro. Houve oportu-

nidade, com a presença de algumas dezenas destes sócios, de debater aprofundadamente a sua relação com a ADFA e de constatar o seu apego a esta e a esperança que nela depositam. Em 15 de Novembro, tendo em vista também especialmente estes sócios, realizou-se na Sede uma sessão com a presença do Marechal Spínola, que foi Governador Militar da Guiné, e do Brigadeiro Monge, este em representação da Casa Militar do Presidente da República. Mais de 150 associados, quase todos oriundos da Guiné, participaram num emocionante encontro, onde o sacrifício dos mortos e o sofrimento dos feridos, mal compensados, foram valorizados acima de tudo.

- O interesse pela questão das graduações, que passava à margem da Associação, foi inscrito nas preocupações da Direcção Nacional. Depois de contactos estabelecidos com o grupo de interessados, foi possível a realização de uma reunião, expressamente para o efeito, na Sede, no dia 9 de Outubro. Nesta reunião ficou assente, sem prejuízo da liderança de quem, com mérito, a assumiu, que o espaço futuro de reunião e discussão seria a ADFA e que este problema, sendo de alguns sócios, é, dentro do espírito de solidariedade, de todos, ou seja, da própria Associação.

Para além destas reuniões, outras, de periodicidade mensal, se realizaram também na Sede, sendo a afluência dos sócios em número elevado e crescente. O teor e profundidade dos assuntos tratados passaram a ser diferentes, ficando claro que o verdadeiro espírito associativo se mantém intocado. Foi das análises e discussões havidas nestas reuniões que a Direcção Nacional se apercebeu de alguns pormenores importantes do funcionamento da Associação e do relacionamento desta com os sócios, ficando habilitada a adoptar as medidas adequadas. Foi também nestas reuniões que as questões de maior acuidade associativa foram discutidas, nomeadamente a necessária alteração da legislação, recolhendo a Direcção Nacional sugestões e propostas importantes.

A par das reuniões na Sede, as Direcções das Delegações efectuaram reuniões de sócios com regularidade, verificando-se sintonia quando aos temas em discussão. Neste domínio, merece destaque a Delegação do Porto, onde a movimentação associativa atingiu elevado grau. A Direcção Nacional deslocou-se, expressamente para reuniões de sócios, a Coimbra, Porto, Famalicão, Viseu, Évora e Setúbal.

O universo de sócios da ADFA percorre transversalmente toda a sociedade. Esta grande diversidade social constitui uma riqueza associativa, se for bem gerida, isto é, se cada sócio, independentemente do seu estatuto económico ou do seu posicionamento ideológico sentir uma relação de dádiva e recebimento com a Associação. O traço de união desta diversidade é a solidariedade. Para o fortalecimento dessa solidariedade contribuiu grandemente a intensificação da vida associativa. A homogeneidade do todo associativo foi procurada essencialmente em dois sentidos: preparar a Associação para acorrer em auxílio daqueles que dela mais necessitam; motivar os sócios actualmente bem colocados na sociedade para disponibilizarem o seu apoio à Associação. Caminhou-se nestes dois sentidos com alguns passos certos.

Na primeira metade do ano, merece realce o "projecto 2+4", que movimentou elevado número de sócios paraplégicos e tetraplégicos no sentido de encontrarem e proporem medidas a adoptar pela Associação para esta melhor resolver os seus problemas específicos. A política de lares e a assistência urológica foram aspectos dessa reflexão. A consulta de urologia criada na Sede é disso resultado.

O 21º aniversário da Associação (14 de Maio) foi comemorado com a realização de um almoço-convívio na Sede, com a participação de associados das delegações. Foi também assinalado através de uma exposição sobre os aspectos mais importantes dos 21 anos da vida da Associação.

4. Direitos e deveres dos sócios

Foram dados, nos últimos meses do ano, passos significativos para que o sócio da ADFA tenha, dentro desta, direito à cidadania plena. Foram também iniciadas condições para que os sócios beneficiem na Associação de um conjunto alargado de direitos.

Mas, a par dos direitos existem os deveres. Um deles, estatutariamente definido, é o pagamento das quotas. Verificou-se que o número de sócios com as quotas em atraso se aproximava dos 50% do total. Não se conformando com esta demissão das obrigações estatutárias, a Direcção Nacional colocou á discussão, a todos os níveis associativos, a questão do atraso das quotas, procurando recuperar os sócios faltosos. No final do ano, o resultado era já visível.

5. Assunção da própria história

O impacto da luta que a ADFA desenvolveu em 1975, com algumas formas públicas, teve reflexos no interior da própria Associação, gerando nesta os "complexos do passado". Para eliminar de vez esses complexos, assinalou-se o 20º aniversário da luta com uma sessão pública, em 23 de Setembro, onde esta foi livremente evocada. Foram convidados e participaram, para testemunhar esta evocação, duas figuras públicas relacionadas com a própria luta: o Marechal Costa Gomes, na altura Presidente da República, por quem a ADFA pretendia ser recebida, em Belém; o deputado Marques Júnior, então capitão e membro do Conselho da Revolução, que, em representação desse órgão, recebeu, em Belém, a ADFA.

O elevado número de sócios presentes e a forma como a evocação foi feita permitiram concluir que a ADFA está em condições de integrar, sem preconceitos, a luta no seu património histórico e de assumir desassombadamente todo o seu passado.

Alguns órgãos de informação divulgaram esta iniciativa e o seu sentido.

6. serviços da Sede

À Sede da Associação dirigem-se não apenas os sócios da área de Lisboa, mas de qualquer outro ponto do País, sendo todos atendidos de igual forma. Tendo, pois, carácter nacional, procurou-se criar condições para que todos se sintam em sua casa. Em 1995 foram dados alguns passos nesse sentido, mas ainda não satisfatórios. Um dos mais significativos foi a passagem do bar e do restaurante para a gestão directa da Associação, ficando assim os sócios a dispor de um serviço e de um acolhimento associativos que não tinham. Entendeu-se que o interesse dos sócios deve estar na base do funcionamento dos serviços, todos eles sintonizados com os objectivos da Associação.

Foram tomadas pela Direcção Nacional algumas medidas enérgicas, no domínio da formação profissional e da informática, adiante discriminadas.

Relativamente aos serviços de atendimento, iniciou-se um processo de remodelação, de resultados pouco visíveis ainda em 1995, nomeadamente nos serviços clínicos, de apoio jurídico e de apoio social.

São indicados a seguir os serviços prestados nas diferentes áreas.

6.1. Gabinete dos Órgãos Sociais

O Gabinete dos Órgãos Sociais, na Sede, na dependência directa do 1º Vice-Presidente da Direcção Nacional, deu o necessário apoio a todos os elementos dos Órgãos Sociais Nacionais, nomeadamente na preparação e seguimento dos assuntos tratados.

O 1º Vice-Presidente da Direcção Nacional, como director executivo, coadjuvado pelo 2º Vice-Presidente e pelo 3º Secretário, para a resolução de assuntos correntes, garantiu a gestão célere e eficiente da Associação no dia-a-dia.

O Gabinete dos Órgãos Sociais funciona como gabinete das relações exteriores, sendo através dele feito o contacto com os órgãos, especialmente com a Direcção. Durante o ano recebeu 3.083 officios, dirigidos à Sede, e expediu 310, no âmbito da sua própria acção.

6.2. Gestão e Contabilidade

Os serviços da Sede fazem a contabilidade de toda a Associação, incluindo as Delegações, Tipografia e Formação Profissional. Isto é possível com relativa economia de pessoal, graças à dedicação e competência técnica dos trabalhadores.

Os serviços de suporte aos serviços de atendimento dos sócios, desde as instalações, viaturas, limpeza, gestão do bar e restaurante, aquisição de material, etc., não se encontravam articulados. Sentiu-se a necessidade de garantir a sua gestão e coordenação de forma profissional, já que a Direcção Nacional não pode disponibilizar um dos seus membros a tempo inteiro para esse fim. Por isso, foi decidido admitir um gestor formado. Mas não foi ainda em 1995 que foi possível garantir a gestão ideal deste bloco de serviços.

6.3. Património

No ano de 1995 o património da Associação foi enriquecido através da aquisição de instalações próprias para as Delegações de Viseu e Ponta Delgada. Tanto num caso como no outro, a Direcção Nacional deu o necessário apoio, já que o engrandecimento do património torna a Associação mais forte e com mais garantias de futuro.

O elemento mais valioso do património da Associação é o edifício da Sede. Mas é também o mais dispendioso. Os encargos com a sua conservação e manutenção, bem como segurança e funcionamento, são vultuosos, com reflexos claros

nos gastos do exercício. Foi esta a razão fundamental da solicitação ao Ministério da Defesa Nacional do reforço substancial do subsídio concedido à Associação. Não foi ainda possível, em 1995, equipar o edifício com ar condicionado, por não se dispor da verba necessária.

O edifício da Sede, a "jóia da coroa" da ADFA, mereceu a melhor atenção, nomeadamente quanto aos defeitos de construção, procurando-se o cumprimento das responsabilidades por parte do construtor.

Constituem também património da Associação as viaturas. Na Sede, a Direcção Nacional herdou uma frota de seis viaturas. Entretanto, apenas duas são verdadeiramente funcionais. As restantes, em estado degradado, muitas oferecidas à Associação, constituíam um encargo elevado em seguros e gastos de manutenção totalmente dispensável. A Direcção Nacional decidiu alienar essas viaturas obsoletas.

Entretanto, a Associação não dispunha de uma viatura adaptada para transporte de deficientes em cadeira de rodas. Tratando-se de uma necessidade premente, e não dispondo de verba, a Direcção Nacional solicitou apoio ao Secretário de Estado da Inserção Social.

6.4. Bar e Restaurante

O bar e restaurante da Sede vinham sendo explorados por concessão. O serviço de má qualidade, tendo em vista o lucro, foi motivo de afastamento de muitos sócios. Urgia dar a este serviço o necessário carácter associativo. Foi isso que se fez, já no final do ano, passando-o para a gestão directa da Associação. Servindo melhor e acolhendo melhor, o bar e o restaurante passarão a ser pólo de atracção não só dos sócios como dos respectivos familiares e amigos.

Espera-se conseguir manter, através de uma gestão cuidada, este serviço de qualidade sem encargos acrescidos para a Associação.

6.5. Actividades económicas

Sem resultados visíveis em 1995, a Direcção Nacional deu neste ano alguns passos decisivos no domínio do desenvolvimento de actividades lucrativas para a Associação.

Para além da participação no capital de sociedades comerciais, prevista no artº 15 dos Estatutos, e para cuja concretização foram criadas condições ainda em 1995, foi equacionado um conjunto de actividades, simultaneamente de interesse para os sócios e rentáveis para a Associação, a implementar em 1996.

6.6. Tipografia

A Tipografia da ADFA reafirmou a sua dupla vocação: sector produtivo e estrutura de formação profissional.

Durante o ano de 1995 trabalharam na Tipografia 13 estagiários.

O volume de trabalho aumentou em 1995, tendo o montante de vendas atingido mais de 127 mil contos.

Para além da sua actividade produtiva, a Tipografia funcionou como elemento divulgador da própria Associação, já que muitos clientes aí encomendam os seus trabalhos pela qualidade do serviço e também em atenção à ADFA.

Não foi ainda em 1995 que se procedeu à transferência da Tipografia, não obstante a falta de condições em que vem funcionando e as pressões do Hospital Militar.

A prevista instalação na Rua do Sacramento foi posta de lado, por se tratar de uma solução cara e má. Procurou-se com afã uma alternativa, ainda não encontrada no final de 1995. A solução ideal residiria na própria Sede, se esta tivesse sido concebida nesse sentido.

6.7. Formação Profissional

As actividades de formação profissional da Sede não assentavam em princípios racionais. A formação vinha funcionando mais como um fim em si do que como um meio para a integração profissional. A dificuldade de encaminhamento dos formandos para o trabalho exigiu uma selecção de projectos de formação, com abandono de outros. Assim, a Direcção Nacional decidiu não prosseguir com os cursos de informática, cerâmica, encadernação e artes gráficas. Foram, entretanto, apresentadas novas candidaturas para os cursos de escritório electrónico e electricidade, devido à maior possibilidade de integração profissional dos formandos nestas áreas.

Durante o ano funcionaram 6 cursos, ministrados a um total de 63 formandos. Destes, continuam em formação 46, tendo sido integrados profissionalmente 10.

6.8. Informatização dos serviços

A Direcção Nacional deparou, a nível da informatização dos serviços da Sede, com uma situação preocupante. Desde deficiências graves nos ficheiros de sócios até às anomalias no processamento das quotas, as programações acusavam falhas

traduzidas em notórios prejuízos associativos. Tornava-se necessário, por isso, intervir rapidamente. Foi extinto o Departamento de Informática e obteve-se a colaboração, a título gratuito, de um especialista da área, para corrigir os erros existentes.

6.9. Gabinete de Estudos

A realização do projecto sobre as "Barreiras Culturais da Integração", no âmbito do Programa Horizon, gerou a necessidade de criação de um Gabinete de Estudos, vocacionado para a continuação da recolha, tratamento e sistematização de dados relativos à integração social dos deficientes, bem como quaisquer outros dados de interesse estatístico para a Associação.

Com a designação de GEDI (Gabinete de Estudos, Documentação e Informação), este serviço veio, por decisão da Direcção Nacional, a integrar o "Elo".

Até Julho, o Gabinete de Estudos funcionou exclusivamente ao serviço do projecto das "Barreiras Culturais da Integração".

Este projecto visou encontrar as formas não visíveis que determinam os obstáculos, visíveis, da integração social dos deficientes. Para isso foram realizadas acções de recolha e análise de elementos sobre deficientes nos tratados de História, na Literatura, no Cinema, na Legislação, na Imprensa e através de um inquérito.

Durante a vigência do projecto foram realizados três colóquios, nos quais participaram representantes das estruturas oficiais da reabilitação e especialistas ligados àquelas diferentes áreas. Ao mesmo tempo, em vários encontros de sócios, foi possível aprofundar algumas das questões mais sensíveis da marginalização dos deficientes, nomeadamente na sequência de visionamento de filmes sobre esta temática. No colóquio final, realizado em 8 de Julho, participaram dois parceiros comunitários belgas - a CARAT, através do seu vice-presidente, e a ACIH, através da sua secretária-geral.

As conclusões do projecto estão a ser compiladas em livro, a editar só em 1996.

No GEDI foi implementada a instalação de uma mediateca, capaz já de disponibilizar vasta informação. Está equipada com um posto de leitura para cegos e um posto de visionamento de vídeo.

6.10. Jornal "Elo"

O jornal "Elo", elemento de ligação entre todos os sócios, carecia de profunda reestruturação: nomeação de um director técnico e associativamente qualificado, não pertencente à Direcção Nacional; criação de um corpo redactorial alargado e diversificado; abertura do espaço do jornal a todos os sócios; melhoria da qualidade dos trabalhos jornalísticos. Nos últimos meses de 1995 foram dados passos irreversíveis neste sentido.

6.11. Serviço de apoio geral

O serviço de atendimento geral dos sócios, na Sede, onde em primeira instância estes se dirigem, procura resolver diversos problemas, desde a elaboração de um requerimento até ao preenchimento do boletim do IRS, passando pelo tratamento de cartões das ADM e de pensionista, bem como informações várias sobre os direitos legalmente estabelecidos. A média de atendimento diário foi de 35 sócios.

Durante o ano, foram elaborados neste serviço 1335 documentos, sobretudo officios (1069) e requerimentos a pedir revisão processual (135).

No âmbito da revisão processual, este serviço realizou várias diligências no exterior, junto das entidades por onde decorrem os processos.

Está a cargo deste serviço a admissão de sócios e organização dos respectivos processos. Admissão que continua a um ritmo elevado. Durante o ano de 1995, inscreveram-se 241 novos sócios efectivos, 98 dos quais directamente através da Sede. Ainda na Sede, inscreveram-se mais 127 sócios cuja comprovação da deficiência adquirida durante a prestação do serviço militar não foi feita, ficando, por isso, na situação de pendentes.

Durante o ano, este serviço registou a morte de 48 sócios.

No final do ano, este serviço passou também a proceder ao recebimento de quotas.

Deste sector vinham sendo requeridos serviços de apoio aos sócios, de natureza diversa: os que não exigem qualificação técnica especial e serviços especializados, no âmbito da revisão processual e benefício, em geral, dos direitos legalmente fixados. Neste último domínio, exigia-se uma ligação ao serviço jurídico, que não existia. Uma reestruturação dos dois serviços, para melhor servir os sócios, foi preparada nos últimos meses de 1995, para entrar em vigor em 1996. Dispor-se-á, assim, na Sede, de um serviço técnico-jurídico capaz de funcionar como suporte eficiente das próprias Delegações em matéria de revisão processual e aplicação da legislação.

6.12. Serviço de apoio jurídico

O serviço de apoio jurídico foi mantido por um jurista e uma secretária estudante de Direito. Funcionando embora de uma forma desarticulada com o serviço de apoio à revisão processual, interferia, neste domínio, na fase do recurso. A reestruturação atrás referida implica o acompanhamento do jurista desde o início.

Para além do apoio jurídico à Direcção, o jurista deu ainda consultas a sócios sobre assuntos directamente relacionados com a deficiência e outros.

Em 1995 foi feito o acompanhamento de 30 processos já em curso. Foram iniciados 26 novos processos relacionados com a deficiência e 7 do foro civil.

Dado o volume de trabalho de natureza jurídica, criaram-se, ainda em 1995, as condições para a contratação dos serviços de um segundo advogado.

6.13. Serviço de apoio social

O serviço de apoio social contou, até meados de 1995, com uma trabalhadora, profissional de Serviço Social, passando, a partir daí, a dispor de mais um trabalhador a tempo inteiro.

A acção desde serviço centrou-se no atendimento de sócios com carências várias, desde dificuldades económicas a problemas de natureza familiar. Estudou e acompanhou casos problema e fez visitas a sócios no domicílio e internados em hospitais. Estabeleceu contactos com várias entidades, na busca de soluções para os problemas de ordem social colocados pelos sócios. Em colaboração com o Serviço 6 do HMP, conseguiu a criação de uma sala de convívio para os deficientes ali internados.

Foram disponibilizados meios financeiros para apoio a sócios em situação de carência. Foram especialmente apoiados sócios de origem africana, com a verba total de 2.100 contos.

6.14. Serviço de apoio clínico

Na Sede, tem vindo a ser criada uma verdadeira clínica. Em 1995, dispôs-se de consultas de clínica geral, psiquiatria, urologia e psicologia. Atendendo à crescente procura por parte dos sócios, devido, à cada vez mais notória ausência de condições no Hospital Militar, a Direcção Nacional decidiu proceder ao alargamento dos serviços clínicos. Assim, foi nomeado um director destes serviços, o médico de clínica geral, para a orientação técnica, apontando-se, como metas imediatas da ampliação, para um gabinete de estomatologia, colheita de sangue e fisioterapia.

A consulta de psicologia, muito especialmente para os casos de "stress" de guerra, bem como o respectivo despiste e tratamento, mereceu a maior atenção. Foi estabelecida a articulação, para este efeito, entre as consultas de psicologia, psiquiatria e clínica geral. Igualmente se estabeleceu a articulação com o Hospital Júlio de Matos, que tem uma maior experiência neste domínio.

Durante o ano de 1995 foram dadas 1.600 consultas de clínica geral, 63 de psiquiatria, 105 de urologia e 128 de psicologia.

II

ACTIVIDADE EXTERNA

1. Relançamento da imagem ADFA

A retoma da participação associativa foi acompanhada do relançamento da Associação no exterior.

Junto dos responsáveis governamentais e das Forças Armadas, os contactos feitos pela Direcção Central na primeira metade do ano foram continuados e intensificados pela Direcção Nacional na segunda metade.

Junto da opinião pública, verificou-se na segunda metade do ano um aumento de protagonismo da ADFA.

A ADFA projectou-se no plano internacional, sobretudo com a cooperação com os PALOP.

Em todos os domínios, procurou-se, a partir de Julho, acentuar os contornos da imagem da Associação, através da definição clara dos seus objectivos.

2. Estratégia legislativa

A Direcção Central procurou, junto do Governo, obter a aprovação de algumas medidas legislativas mais reclamadas por alguns sócios, como a acumulação de pensões e subsídio de desemprego.

Para esse efeito foi recebida pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, em 7 de Abril, que se encontrava em início de funções e afirmou estar disponível para estudar e resolver as questões legislativas pendentes dos deficientes militares.

Ainda a Direcção Central, na primeira metade do ano, desenvolveu contactos com as chefias militares, no sentido de obter o seu contributo para a solução das questões legislativas.

Em 24 de Janeiro foi recebida pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, que, em 27 de Março, visitou a Sede da Associação, acompanhado por representantes dos três ramos das Forças Armadas. A Direcção Central, na altura, fez entrega ao CEMGFA de um documento com todas as questões legislativas pendentes.

Em 6 de Março, a Direcção Central foi recebida pelo Ministro do Emprego e da Segurança Social, tendo solicitado a intervenção deste membro do Governo na questão da acumulação da pensão com o subsídio de desemprego.

A Direcção Nacional desenhou e impulsionou uma estratégia legislativa diferente. Em vez de medidas avulso, procurou defender a necessidade de criação de legislação de base para os deficientes do serviço, retirando-os do Estatuto da Aposentação. Ao mesmo tempo, passou a defender que os deficientes sem nexo de causalidade deveriam ser contemplados por essa legislação específica dos deficientes militares. Encontrou argumentos fortes para a defesa deste edifício jurídico na legislação reguladora da condição militar, que prefigura, exactamente, a existência de legislação específica para qualquer tipo de acidente ou doença ocorridos na prestação do serviço militar.

Foi esta perspectiva que defendeu nos vários contactos que estabeleceu com os responsáveis do Ministério da Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Antes das eleições legislativas de Outubro, a Direcção Nacional teve oportunidade de expressar esta nova atitude da ADFA ao Ministro da Defesa Nacional, em audiência de 28 de Julho, e ao Secretário de Estado da Defesa Nacional, em audiência de 8 de Setembro.

Enquadrada nesta estratégia legislativa global, a Direcção Nacional comunicou a estes dois governantes que a ADFA passava a não ser alheia à questão das graduações, considerando legítimas as pretensões dos interessados. Tudo o que diz respeito aos deficientes das Forças Armadas, passou a ser afirmado, diz respeito à ADFA.

Através destas duas audiências, a Direcção Nacional ficou a saber que não existia nenhum projecto legislativo em vias de aprovação.

Após as eleições legislativas, já com novo Governo, a Direcção Nacional foi recebida pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, em 19 de Dezembro, junto do qual defendeu a urgência de elaboração de legislação reguladora dos direitos dos deficientes do serviço e sem nexo. Este membro do Governo reconheceu as lacunas legislativas existentes e revelou uma abertura promissora. A Direcção Nacional viria a formalizar por escrito as pretensões da ADFA, devidamente fundamentadas, já em Janeiro de 1996.

Entretanto, procurou-se obter a compreensão e apoio das chefias militares para a necessidade de resolver o problema de fundo da legislação dos deficientes das Forças Armadas.

Para esse efeito, a Direcção Nacional foi recebida pelo Chefe do Estado Maior da Armada em 14 de Julho, pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas em 15 de Julho, pelo Chefe do Estado Maior do Exército em 31 de Julho e pelo Chefe do Estado Maior da Força Aérea em 1 de Agosto.

3. Apoio oficial aos deficientes militares

A par do tema da legislação, nas audiências com os governantes e responsáveis militares, a Direcção Nacional solicitou a melhoria dos serviços de apoio aos deficientes militares, muito especialmente no domínio da saúde e da tramitação processual.

Ao Chefe do Estado Maior do Exército foi solicitada uma intervenção directa no processo de atribuição e reparação de próteses, no sentido de serem evitadas as demoras burocráticas, tendo-lhe sido solicitado, através de documento enviado em 12 de Dezembro, que a prescrição da prótese fosse directamente feita pelo médico como se de um medicamento se tratasse.

Procurando obter o apoio do Director do Hospital Militar Principal para esta alteração, bem como para tratar de outros assuntos, a Direcção Nacional foi recebida por este no dia 10 de Novembro.

Foi também com o sentido de procurar uma melhoria das condições de apoio aos deficientes militares que o Director dos Serviços de Saúde do Exército recebeu, em 20 de Novembro, a Direcção Nacional. Com este responsável foi especialmente tratada a morosidade dos processos de qualificação de deficiente.

Ainda na procura de apoio directo aos deficientes militares, nomeadamente para o despiste e tratamento do "stress" de guerra, a Direcção Nacional foi recebida, em 10 de Novembro, pelo Director do Centro de Psicologia Aplicada do Exército, solicitando-lhe a disponibilização de um psicólogo para dar consultas na Sede da Associação. Esta pretensão obteve mais tarde resposta negativa.

A ineficiente resposta dos serviços militares resulta da sua desarticulação e descoordenação, por isso, a Direcção Nacional expressou ao Secretário de Estado da Defesa Nacional o desejo de ver criada uma estrutura própria no Ministério da Defesa. Essa estrutura, com representantes dos Estados Maiores e da ADFA, garantiria essa coordenação e formularia as necessárias propostas de actuação para garantir o esperado apoio médico-social aos deficientes militares.

Ainda na procura da resolução de problemas específicos dos deficientes militares, a Direcção Nacional foi recebida pelo Secretário de Estado da Administração Interna, em 21 de Março. Procurou-se, junto deste membro do Governo, obter o desbloqueamento dos pedidos de nacionalidade dos deficientes militares oriundos das ex-colónias.

3.1. Lares

A Direcção Central vinha alertando o Ministério da Defesa e os chefes militares para a necessidade de reformulação do funcionamento do Lar Militar.

Imediatamente após a tomada de posse, a Direcção Nacional foi confrontada com um projecto de protocolo, vindo do Ministério da Defesa Nacional, que criava um modelo de gestão tripartida para o Lar (Ministério da Defesa, Cruz Vermelha e ADFA). A Direcção Nacional, depois de um debate interno, decidiu aceitar o repto, propondo, contudo, algumas alterações ao teor do protocolo, que a Cruz Vermelha não viria a aceitar.

A degradação das condições de internamento no Lar Militar atingiu níveis inaceitáveis, facto que foi energicamente denunciado pela Direcção Nacional ao Secretário de Estado da Defesa Nacional, solicitando a sua intervenção.

4. Intervenção na política nacional de reabilitação.

A Direcção Central acompanhou a acção do Secretariado Nacional de Reabilitação, participando, nomeadamente, nas reuniões do Grupo de Diálogo, mas sem pôr em causa o seu modo de funcionamento.

Na reunião de 20 de Abril, a Direcção Central apresentou um protesto sobre a Portaria que regulamenta as aptidões físicas para a função de inspector do trabalho.

Em 5 de Julho, a Direcção Nacional participou numa reunião do Grupo de Diálogo, tendo tido oportunidade de fazer uma crítica forte à forma como o Secretariado se vinha demitindo da sua função.

Em 27 de Setembro, a Direcção Nacional foi recebida pelo Secretário Nacional de Reabilitação, tendo-lhe exposto a sua forma de encarar a reabilitação para o futuro.

Após as eleições legislativas, a Direcção Nacional foi recebida pelo Secretário de Estado da Inserção Social, em 24 de Novembro e 14 de Dezembro. Nestas audiências foram tratados assuntos do interesse da ADFA, como transferência da Tipografia, acumulação das pensões com subsídio de desemprego, apoio para aquisição de uma viatura adaptada para transporte de deficientes em cadeira de rodas, etc. O assunto de fundo foi, contudo, a nova política de reabilitação em Portugal e os instrumentos necessários à sua execução. A Direcção Nacional manifestou a necessidade de extinção do Secretariado Nacional de Reabilitação e a criação de uma estrutura mais adequada à definição e articulação de uma política nova de reabilitação.

A apreciação crítica do Secretariado Nacional de Reabilitação e as sugestões sobre a criação de uma nova estrutura foram posteriormente enviadas por escrito ao Secretário de Estado da Inserção Social.

5. Ligação às forças políticas

No âmbito da campanha eleitoral para a Assembleia da República, a Direcção Nacional convidou os líderes dos diferentes partidos políticos para visitarem a Sede da ADFA. Apenas o PCP e Os Verdes responderam a este convite, deslocando-se à ADFA em 30 de Agosto e 13 de Setembro, respectivamente. Tanto num caso como no outro, houve oportunidade de proceder a um debate profundo sobre a realidade dos deficientes em Portugal, ficando estes partidos conhecedores dos anseios dos deficientes das Forças Armadas. Por seu turno, a ADFA ficou conhecedora dos princípios destes partidos nesta área.

Entretanto, o Partido Socialista, por sua iniciativa, convidou

a Direcção Nacional da ADFA para uma reunião, na sua sede, com o seu Secretário-Geral. Numa reunião de cerca de uma hora, a Direcção Nacional teve oportunidade de expor àquele que viria a ser Primeiro-Ministro a sua visão da reabilitação, dos problemas dos deficientes em geral e dos deficientes das Forças Armadas em particular.

Ainda durante a campanha eleitoral, a Direcção Nacional fez todas as diligências para promover encontros com os outros partidos, muito particularmente com o PSD, sem o ter conseguido.

6. Monumento dos combatentes

A Direcção Nacional foi convocada para uma reunião da Comissão Executiva do Monumento aos Combatentes do Ultramar, no dia 12 de Julho, na Liga dos Combatentes, onde teve oportunidade de clarificar a posição da ADFA sobre este assunto.

Comunicou aos restantes membros da Comissão que o monumento não é propriedade de ninguém, que é da Nação, como nacional é o sacrifício que ele representa. Deverá, pois, ser entregue aos Monumentos Nacionais e todas as cerimónias aí realizadas devem ter um carácter oficial.

7. Intervenção pública

A ADFA participou em vários colóquios, realizados em escolas secundárias, onde tratou da temática da guerra e da integração social dos deficientes das Forças Armadas.

A Direcção Central esteve presente nas comemorações oficiais do 25 de Abril, nomeadamente na sessão realizada na Assembleia da República e no desfile militar que se seguiu.

A Direcção Nacional esteve presente, no dia 7 de Outubro, na primeira reunião dos Antigos Combatentes da Guiné, onde, através de uma intervenção, revelou o acolhimento aos deficientes militares oriundos daquela ex-colónia.

A Direcção Nacional participou e interveio no Encontro Nacional de "Stress" Traumático, de 25 a 27 de Outubro, na Gulbenkian. Teve oportunidade de definir publicamente o posicionamento da ADFA neste domínio, introduzindo algumas correcções à orientação anterior e esclarecendo alguns equívocos existentes.

A Direcção Nacional esteve presente na tomada de posse dos novos órgãos sociais da UCNOD, em 26 de Novembro. Participou na sessão comemorativa do 35º aniversário da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral.

O 21º aniversário do "Elo" foi assinalado com uma sessão pública na Sede da ADFA, sobre "A Imprensa e os Deficientes em Portugal", que contou com representantes de órgãos de informação ligados à deficiência.

8. Presença na comunicação social

Para além de pequenas notícias, nos jornais e na rádio, tiveram especial impacto as seguintes intervenções da Associação:

- Em 28 de Junho, a ADFA participou no programa televisivo "Praça Pública", da SIC, com depoimentos de associados e declarações do Presidente da Direcção Central.

- Em 29 de Setembro, o programa "Marginalidades", da RTP1, foi dedicado aos deficientes das Forças Armadas, participando com depoimentos alguns sócios, entre eles um elemento do Conselho Nacional, verificando-se ainda a participação do Presidente da Direcção Nacional.

- O "Diário de Notícias" publicou, em 23 de Setembro, uma entrevista com a Direcção Nacional.

- Em 23 de Setembro, a Antena 1 (rádio) transmitiu uma entrevista com o Presidente da Direcção Nacional.

- O programa "Novos Horizontes", da RTP2, foi dedicado à ADFA nos dias 24 de Setembro e 22 de Outubro.

- O jornal a "Pena" publicou, em 10 de Novembro, uma entrevista com a Direcção Nacional.

- Uma entrevista à Direcção Nacional, por um jornalista da Agência de Notícias de Moçambique, foi publicada em órgãos de informação daquele país.

- Em 24 de Outubro, a Direcção Nacional deu uma conferência de imprensa juntamente com uma delegação de deficientes militares angolanos, tendo sido transmitida pelas televisões, estações de rádio e jornais.

- O "Diário de Notícias, nas sua edição de 14 de Dezembro, publicou uma reportagem sobre a visita do Secretário de Estado da Cooperação ao centro de reabilitação da ADFA em Gaia (CRPG).

9. Intervenção internacional

A nível internacional, a ADFA interveio a três níveis: no âmbito da FMAC, na cooperação com os PALOP e no programa Horizon.

9.1. FMAC

A intervenção da ADFA na FMAC (Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra) teve relevo a dois níveis: como organização membro e na CPAE (Comissão Permanente dos Assuntos Europeus), onde detém a presidência, através

do Presidente da Direcção Central.

Nesta dupla qualidade, a participação foi bastante activa.

Participou numa reunião em Doorn, na Holanda, em Junho, sobre a revisão dos estatutos da FMAC.

Em 3 de Novembro, deslocou-se a Bruxelas o Presidente da CPAE, acompanhado do associado Couceiro Ferreira, para integrar uma delegação da FMAC que foi recebida pelo Presidente da Comissão Europeia e ao qual expôs a situação dos deficientes militares na Europa.

Uma delegação da ADFA, constituída pelo Presidente da Direcção Nacional, o Presidente da CPAE e o consultor Jurídico, participou, de 5 a 9 de Dezembro, na 54ª reunião do Conselho Geral da FMAC, em Marraqueche, Marrocos.

A ADFA fez aprovar nesta reunião uma proposta sobre a necessidade de criação de legislação que contemple os militares que se deficientem nas missões de paz.

Em representação da FMAC, a Direcção Nacional foi recebida, em 7 de Setembro, pelo Professor Freitas do Amaral, Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas. Entregou-lhe uma cópia do documento dos Princípios Directores dos Direitos Fundamentais dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, pedindo-lhe o seu agendamento na 50ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, bem como o seu apoio pessoal, no sentido de a ONU poder vir a proclamar os direitos fundamentais dos deficientes de guerra.

Seguidamente, a Direcção Nacional solicitou a intervenção do Governo Português, através do Secretário de Estado da Defesa Nacional, a fim de este dar instruções à missão portuguesa na ONU, para esta proceder ao agendamento desse documento da FMAC. Posteriormente, em 20 de Novembro, a Direcção Nacional foi recebida pelo Chefe de Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo reiterado o pedido de apoio do Governo a esse documento na ONU e, inclusivamente, apoio para uma eventual deslocação do Secretário Geral da FMAC a Nova Iorque.

9.2. Cooperação com os PALOP

A Direcção Nacional manifestou junto do Governo a disponibilidade da ADFA para cooperar com os deficientes de guerra dos PALOP. Fê-lo em audiência que o Secretário de Estado da Cooperação lhe concedeu, em 29 de Novembro.

Para equacionar a forma de cooperação da ADFA, este membro do Governo efectuou uma visita ao CRPG em 13 de Dezembro. Aqui ficou estabelecido que a ADFA iria instalar, numa primeira instância, um centro de reabilitação em Luanda.

De 19 a 26 de Outubro, a ADFA foi visitada por uma delegação da ANDA (Associação Nacional de Deficientes de Angola). Foi recebida dentro do espírito de maior fraternidade e cooperação, ficando estabelecidas formas de apoio futuro da ADFA. Foi dada uma conferência de imprensa conjunta.

Uma delegação da AMMIGA (Associação dos Mutilados Militares de Guerra de Angola) visitou a Sede da ADFA, após participação na reunião da FMAC em Marrocos.

Durante este período efectuaram-se várias reuniões de trabalho e foi visitado o CRPG, juntamente com o Secretário de Estado da Cooperação. A Direcção Nacional e a delegação da AMMIGA foram recebidas pelo Embaixador de Angola.

As duas Associações assinaram um protocolo onde se propõem, entre outros, "promover iniciativas de entajuda no âmbito da integração social".

Em 6 de Outubro, a Sede da ADFA foi visitada por uma cidadã, com deficiência, de São Tomé e Príncipe, empenhada na criação de uma Associação de deficientes naquele país. Foi incentivada e apoiada nesse sentido. A Associação dos Deficientes de São Tomé e Príncipe veio a ser fundada em 3 de Dezembro.

9.3. Programa Horizon

Em 25 de Maio, uma delegação da ADFA deslocou-se a Bruxelas para estabelecer contactos com as Associações CARAT e ACIH, parceiros da ADFA no projecto das Barreiras Culturais da Integração, no âmbito do programa Horizon. Por sua vez, representantes destas organizações estiveram presentes no colóquio de encerramento do projecto, em 8 de Julho.

III

DELEGAÇÕES

Embora a actividade geral da Associação seja da responsabilidade da Direcção Central, até 1 de Julho, e, a partir dessa data, da Direcção Nacional, para realçar e incentivar o trabalho das Direcções das Delegações, de que deram conta às Assembleias Gerais de Delegação, são autonomizados neste relatório os aspectos mais relevantes das suas actividades.

As delegações, com características e vocações próprias,

acentuaram diferentes dominantes da actividade da Associação, garantindo, através desta diversidade, a riqueza associativa.

1. Delegação de Bragança

A Direcção da Delegação centrou a sua actividade corrente no apoio administrativo e social aos associados residentes na área. Manteve em funcionamento um serviço de fornecimento de material ortopédico à comunidade local.

O tradicional encontro associativo anual realizou-se este ano em Freixo de Espada à Cinta, constante de uma missa, na igreja local, em intenção dos militares falecidos, e de um almoço, que reuniu mais de cem pessoas. Estiveram presentes sócios e dirigentes associativos da Sede e de outras delegações e ainda o Presidente da Câmara Municipal de Freixo.

Foi este ano que a Associação passou a ter instalações próprias, a título definitivo, cedidas pela Câmara Municipal de Bragança.

2. Delegação de Castelo Branco

Numa zona interior, onde os associados mais necessitam do apoio da Associação, a Direcção da Delegação recebeu e encaminhou os assuntos apresentados.

O apoio mais significativo da Associação verificou-se na intermediação com os serviços das ADM, nomeadamente no tratamento de cartões e comparticipação em consultas.

3. Delegação de Coimbra

A Direcção da Delegação respondeu às solicitações dos sócios, vindos directamente à Associação e através de visitas domiciliárias, tratando e encaminhando os assuntos colocados.

Foram tratadas 47 revisões processuais e 295 cartões das ADM. Durante o ano foram enviados 1.456 ofícios. Foi encontrado trabalho para dois sócios, embora provisoriamente.

Em Setembro realizou-se nas instalações da Delegação uma campanha de divulgação da ADFA, com exposição de fotografias e documentos sobre a guerra colonial.

Quanto ao convívio associativo, merecem destaque o tradicional concurso de pesca desportiva e a habitual festa de Natal, para além da mobilização e deslocação de grande número de sócios para participarem nas realizações nacionais.

Entretanto, foi privilegiada a actuação da Associação no exterior.

Foi estabelecido um contacto íntimo com a comunidade local, como meio importante para a integração social.

Houve uma intervenção sistemática junto dos órgãos de informação regionais e locais, com participação efectiva, especialmente em programas de rádio, divulgando deste modo os problemas que afectam os deficientes militares e apontando soluções.

Foram feitos contactos com entidades e instituições, civis e militares, entre elas os órgãos autárquicos, com um sentido pedagógico, quanto às formas de solucionar os problemas dos deficientes.

Foi estabelecido e mantido contacto com outras organizações de deficientes, tendo a Direcção da Delegação participado em eventos promovidos por estas, nomeadamente num colóquio sobre barreiras arquitectónicas, realizado pela APD em Leiria. Verificou-se a participação em outras realizações sobre deficientes, nomeadamente num seminário promovido pela Comissão Regional de Deficientes do Centro.

Foi incrementado o processo de obtenção de instalações mais funcionais com maior acessibilidade, um grande objectivo, mas ainda não alcançado.

4. Delegação de Évora

Nas novas instalações, sem o carácter de precariedade, a Direcção da Delegação garantiu o normal apoio aos sócios, quando solicitado.

O convívio de Natal foi oportunidade para reunir um elevado número de sócios. Estiveram presentes cerca de 120 pessoas.

A Direcção da Delegação manteve e estreitou a ligação da Associação às entidades civis e militares locais, mantendo presentes na consciência destas a realidade que são os deficientes das Forças Armadas.

5. Delegação de Famalicão

Ao longo do ano, foi feito o atendimento normal dos sócios, procurando-se facultar as respostas adequadas aos problemas colocados. No domínio da revisão processual, foram abertos 10 novos processos; foram tratados 500 cartões das ADM; foram recebidos 504 ofícios e expedidos 870.

O trabalho da Direcção da Delegação consubstanciou-se em parte na revisão estatutária, em que participou activamente.

A participação associativa foi assinalada nos eventos internos em outros locais da Associação, delegações e Sede.

A Direcção participou no I Encontro Nacional sobre "Stress" Traumático, na Gulbenkian, em Lisboa, onde se realizou também uma exposição sobre a guerra colonial. A Direcção da Delegação

tem vindo a colaborar com o externato Infante D. Henrique na realização destas exposições, tendo a última estado patente ao público na Associação, em Famalicão, durante o mês de Dezembro.

6. Delegação de Faro

Para além do atendimento dos sócios que procuram a Associação, a Direcção da Delegação foi também ao encontro destes.

Foram efectuadas algumas reuniões de sócios e realizada a tradicional festa de Natal.

A obtenção de instalações definitivas foi assunto prioritário, esperando-se que tal venha a verificar-se em breve, através do Centro Regional de Segurança Social de Faro.

Foi mantido e aprofundado o bom relacionamento com as entidades oficiais locais e levada a Associação junto da opinião pública, através da intervenção na comunicação social.

A Direcção da Delegação manteve em aberto os contactos com a Câmara Municipal de Silves quanto à possível cedência de terreno para utilização futura da Associação.

7. Delegação do Funchal

Foi dada resposta às solicitações dos sócios nos diferentes domínios, desde renovação de cartões, até à elaboração de processos para comparticipação escolar pelos SSFA.

Através de contactos muito intensos com as entidades locais, a Direcção da Delegação procurou, simultaneamente, dar a conhecer a existência da Associação e dos seus objectivos e, por outro, obter apoios para melhor servir os associados. Estes contactos foram feitos a todos os níveis, muito especialmente com os responsáveis militares e com os grupos parlamentares da Assembleia Regional da Madeira.

O Presidente e o Secretário da Direcção participaram no I Encontro Nacional sobre "Stress" traumático, na Gulbenkian, em Lisboa.

Foi realizado um convívio de Natal, que reuniu 133 pessoas.

8. Delegação de Ponta Delgada

Além da resposta às solicitações feitas pelos sócios, a Direcção da Delegação deslocou-se junto dos que residem nas diversas ilhas, onde existem núcleos da ADFA.

Durante este ano, a Direcção da Delegação empenhou-se particularmente na resolução do problema das instalações. Foi adquirido o imóvel onde a Associação se encontra sediada, tendo-se realizado o respectivo contrato de compra e venda em Novembro.

9. Delegação do Porto

Embora, a acção da Delegação tenha sido da responsabilidade de duas Direcções distintas, uma em cada semestre, o relatório dá conta das actividades de todo o ano.

a) Actividade interna

Iniciou-se no 2º semestre uma reorganização dos serviços da Delegação, nos seus aspectos físico e funcional, com o objectivo de melhorar a prestação de serviços aos sócios. Ao mesmo tempo, realizaram-se acções de formação dirigidas a trabalhadores e dirigentes.

Foi feito o atendimento diário dos sócios, sob a forma de informação, tratamento e encaminhamento, nomeadamente revisões de processos, elaboração de requerimentos, tratamento de cartões, etc. Durante o ano foram recebidos 716 ofícios e expedidos 1480.

Foram admitidos 55 novos sócios. Faleceram 5.

Continuou o apoio aos ex-militares com patologias referenciadas como "stress" de guerra, tendo sido observados pelo psiquiatra 8 casos.

A participação associativa atingiu valores elevados, salientando-se, para além das reuniões mensais de sócios, os seguintes momentos:

- realização de um passeio à Galiza, em fins de Abril;
- convívio na noite de S. João;
- um jantar em Paredes, em Agosto;
- reuniões de sócios, nos meses de Setembro, Outubro e Novembro, em Chaves, Ponte da Barca, Santa Maria da Feira, Valença, Arouca, Vila do Conde, Vila Real, Cabeceiras de Basto, Viana do Castelo, Santo Tirso e Valongo;
- aniversário da Delegação, com um jantar e exposição sobre a guerra colonial;
- festa de Natal, com a participação de cerca de 150 pessoas.
- almoços de confraternização com associados e familiares, em Dezembro, em Arouca, Santa Maria da Feira e Chaves.

A cantina, que esteve aberta também no primeiro sábado

de mês, serviu, durante o ano, 6.132 refeições (3008 no primeiro semestre e 3124 no segundo).

A Direcção da Delegação participou nos actos públicos da, na Sede, e estabeleceu uma articulação funcional com a Direcção Nacional, de molde a participar directamente no tratamento das questões nacionais.

Participou igualmente em realizações de outras delegações.

b) Actividade externa

A da Delegação participou em realizações no exterior, como as comemorações do 25 de Abril e do 10 de Junho.

A Direcção eleita em Junho procurou implementar as relações com as entidades civis e militares. Assim, foi recebida pelo Governador Civil do Porto (em 6 de Setembro), que concedeu um subsídio de mil contos para a beneficiação das instalações. Foi recebida pela Junta de Freguesia de Cedofeita (em 13 de Setembro) para tratar da necessidade de eliminação das barreiras arquitectónicas na área da Delegação. O Comandante da Região Militar Norte recebeu a Direcção em 16 de Outubro e visitou a Associação no 21º aniversário da Delegação. Também nesta altura, foi recebida a visita do Vice-Governador Civil do Porto.

No segundo semestre foi implementado o relacionamento com os meios de comunicação social. Aquando da exposição sobre a guerra colonial e a visita do Secretário de Estado da Cooperação ao CRGP, foram vários os jornais e rádios que noticiaram esses eventos, reservando-lhes apreciáveis espaços, nomeadamente o Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Jornal da Maia, Comércio do Porto, TSF e Rádio Renascença. Também a RDP-Porto incluiu, num programa de audiência nacional, uma entrevista com o Presidente da Direcção da Delegação.

10. Delegação de Setúbal

A frequência de associados foi normal, para tratamento de assuntos do seu interesse, com destaque para a comparticipação das ADM. Verificou-se, contudo, alguma falta de participação associativa.

Destaca-se, entretanto, a realização da habitual festa da sardinha, muito concorrida, e ainda a reunião de alguns sócios aos sábados para actividades lúdicas.

11. Delegação de Viseu

Manteve-se o apoio aos sócios, nos diferentes domínios, em resposta às suas solicitações, com realce para a revisão (27 novos processos e conclusão de 14), tratamento de e comparticipações das ADM. Durante o ano foram expedidos 2.323 ofícios.

A maior preocupação da Direcção foi para as novas instalações, para cuja aquisição foi lançada uma campanha de obtenção de fundos, junto dos sócios, das entidades locais e do próprio Governo. Ficou concluído esse processo, passando a Associação a dispor, em Viseu, de instalações próprias e condignas.

A Direcção da Delegação fez diligências, junto das entidades locais, para que, com a conclusão das instalações, sejam homenageados aqueles que partiram para a guerra ao serviço do País e aí derramaram o seu sangue, nomeadamente através de um monumento.

A actividade associativa envolveu muitos sócios, tendo o convívio de Natal reunido 150 pessoas.

A Direcção da Delegação desenvolveu acções junto dos órgãos de informação, tendo concedido entrevistas à rádio e a dois jornais da região.

IV

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA (CRPG)

Participando a ADFA directamente na gestão do CRPG, por este ainda não dispor de personalidade jurídica, são apresentados, resumidamente, alguns aspectos da sua actividade ao longo do ano.

No âmbito dos programas estabelecidos, foram obtidos os seguintes resultados:

- Unidade de Avaliação/Orientação - 130 utentes;
 - Unidade de Formação Profissional - 209 utentes, tendo finalizado o seu projecto 44 formandos, com 90% deles integrados profissionalmente;
 - Unidade de Engenharia da Reabilitação - 869 utentes (354 próteses e 105 ortóteses);
- No domínio da investigação e desenvolvimento, salienta-se:
- Conclusão dos projectos no âmbito do programa Horizon;
 - Preparação activa de novos projectos para candidatura.

Lisboa, 25 de Março de 1996
A Direcção Nacional

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO CONSELHO NACIONAL REFERENTE A 1995

A Mesa da Assembleia Geral Nacional apresenta o Relatório do Conselho Nacional que, durante o ano transacto, reuniu duas vezes ordinariamente, em 11 de Março de 1995 e 25 de Novembro do mesmo ano e extraordinariamente em 28 de Janeiro de 1995.

No dia 11 de Março de 1995 o Conselho Nacional, com a constituição prevista nos Estatutos anteriores, reuniu com dezanove Conselheiros e com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Aprovação e votação do Orçamento Geral da ADFA para o ano de 1995, apresentado pela Direcção Central e respectivo Plano de Actividades os quais depois de discutidos foram aprovados por maioria com uma abstenção e nenhum voto contra e o Relatório de Actividades do CN também aprovado por maioria, com três abstenções e nenhum voto contra.

Desta reunião há a destacar a proposta dos Conselheiros de Famalicão sobre a ajuda; a prestar à Delegação de Viseu para a compra de instalações próprias que propunha um desconto de 5% das quotizações na Sede e Delegações que revertessem a favor daquela Delegação.

Esta reunião do CN encerrou pelas 20h30m.

No dia 25 de Novembro de 1995 reuniu o CN com a constituição prevista nos novos Estatutos, tendo estado presentes no início da reunião, por parte da Lista Autónoma, 10 Conselheiros efectivos e dois suplentes e ainda 09 Conselheiros nomeados pelos Conselhos de Delegação. A Ordem de Trabalhos foi a seguinte:

1. Aprovação do novo Regulamento do CN;
2. Discussão do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 1996 (alínea d) do -artigo 36º dos Estatutos);
3. Propostas sobre a criação dos Conselhos de Reabilitação, Económico e Jurisdicional (alínea m) do artigo 36º dos Estatutos);
4. Discussão sobre a possível criação da Delegação de Lisboa;
5. Actuação reivindicativa da ADFA no plano legislativo.

Relativamente ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, a proposta de Regulamento do CN depois de exaustivamente discutida, foi aprovada por maioria.

No que respeita à discussão do Orçamento e Plano de Actividades para o ano de 1996, depois de apresentados pela DN, discutidos pelos Conselheiros, os mesmos foram votados e aprovados.

No que concerne à proposta de criação dos Conselhos de Reabilitação, Económico e Jurisdicional apresentada pela DN, a mesma foi aprovada.

No que se refere à possível criação da Delegação de Lisboa, a mesma foi objecto de uma proposta da DN, que preconiza a criação de uma comissão constituída pelos Conselheiros Patuleia, Monteiro, Noronha Silva e ainda pelo Presidente do Conselho Fiscal Nacional, Alves, para que a mesma, no prazo de seis meses, elabore um estudo económico, político e associativo sobre a sua viabilidade.

Este projecto foi -aprovado por maioria, devendo a Comissão apresentar ao CN o estudo efectuado, até ao dia 25 de Maio de 1996,

É de salientar que, à semelhança do que aconteceu na reunião de 11 de Março de 1995 do CN, o Conselheiro de Famalicão, Aníbal de Carvalho, propôs que dentro do espírito de solidariedade que deve existir dentro de toda a ADFA, tal como aconteceu para com a Delegação de Viseu, deve o CN. aprovar que a Sede e cada Delegação no ano de 1996 contribua com 5% da sua quotização para aquisição das instalações da Delegação de Ponta Delgada. Esta proposta foi aprovada pela maioria dos Conselheiros presentes,

Por fim, foi apresentado oralmente o Plano Reivindicativo da ADFA no aspecto legislativo e social tendo, de uma maneira informal, sido comentado pelos Conselheiros, manifestando o seu acordo e apoio às acções desempenhadas e a desenvolver pela ADFA.

Na reunião extraordinária do CN, de 28 de Janeiro de 1995, estiveram presentes 27 Conselheiros, sendo a Ordem de Trabalhos constituída pelo ponto seguinte:

PONTO ÚNICO:

§ Debater e definir estratégia e linhas de orientação face à actual situação da Reivindicação legislativa que afecta os deficientes militares.

A reunião decorreu entre as 14:00 horas e as 19:20 horas tendo os Conselheiros, após exaustiva análise e discussão, aprovado por maioria o documento da DN que vai ser enviado às entidades civis e militares e publicado no jornal "ELO".

Parecer do Conselho Nacional

sobre a execução do orçamento de 1995

1- Analisados os elementos fundamentais em relação à execução do orçamento de 1995, o Conselho Nacional constata que se verificaram desvios assinaláveis.

2- Esses desvios dever-se-ão ao facto de o orçamento não ter sido elaborado com o devido rigor, nomeadamente quanto à previsão de receitas e despesas. Devem-se ainda à ausência de previsões.

3- Avaliadas as diferenças de caixa e de contas bancárias, considerando a intervenção do CFN e as conclusões a que chegou, bem como parecer do Consultor jurídico, não se reconhecem, para já, indícios de actuações fraudulentas, presumindo-se que essas diferenças se situam no plano técnico-contabilístico.

Lisboa 11 de Março de 1996.

A Mesa da Assembleia Geral Nacional

ADFA - Sede e Delegações

Notas às Demonstrações Financeiras em 31-12-95

1. Actividade

A ADFA - Associação dos Deficientes das Forças Armadas, é uma Organização não Governamental, com objectivos eminentemente sociais. Fundada em 14 de Maio de 1974, foi considerada Instituição de Utilidade Pública por despacho de 08 de Maio de 1981.

Tem por finalidade a defesa dos direitos dos cidadãos que, ao serviço da Nação, sofreram deficiências nos três ramos das Forças Armadas.

Para o seu funcionamento, beneficia de um subsídio que lhe tem vindo a ser concedido pelo Ministério da Defesa Nacional e cobra aos associados uma quota mensal que no ano de 1995 era de 500\$00, apoiando-se ainda em receitas provenientes de uma Tipografia-Escola para Deficientes e na prestação de serviços médicos e de contencioso aos seus associados.

2. Bases de Apresentação e Resumo das Políticas Contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base em documentos e registos contabilísticos elaborados pela Associação, de acordo com os procedimentos definidos no Plano Oficial de Contabilidade e princípios de contabilidade geralmente aceites.

2.1. Notas ao Balanço (Valores em contos)

2.1.1. Imobilizações Corpóreas

Estão registadas ao preço de custo. Para o cálculo das amortizações são utilizadas as taxas constantes do Decreto Regulamentar nº 2/90.

No exercício de 1995 foi transferido para a conta Edifícios e Outras Construções, o valor de Esc.: 3.171.743\$50 referente à construção do imóvel Sede da Associação.

Sobre o valor do edifício foi constituída uma amortização à taxa de 2%.

Já foram investidos, até ao momento, 7.005 contos e 2.500 contos respectivamente na compra de instalações de Viseu e Ponta Delgada.

É de realçar os investimentos de equipamentos em Lisboa e nas Delegações do Porto e Coimbra.

2.1.2. Dívidas de Terceiros

Como resultado da Consolidação de Contas, foram eliminados os saldos relativos às dívidas entre a Sede e as Delegações.

O saldo relativo à rubrica Centros Produtivos tem a seguinte decomposição:

Formação Profissional.....13.651
Bar/Sede.....1.011

O saldo relativo a Outros Devedores respeita essencialmente à Sede, com 2.686 contos, e à Delegação do Porto com 1.580 contos.

2.1.3. Depósitos Bancários

O saldo em 31 de Dezembro incluía Depósitos à Ordem e a Prazo, dos quais 2.531 e 16.000 contos pertenciam à Sede, Delegação de Castelo Branco com 4.023 contos, Delegação do Porto 3.398 contos e Delegação de Viseu com 3.031 contos, distribuindo-se os restantes pela totalidade das Delegações.

Há a referir o valor de 6.265 contos aplicados em títulos pertencentes à Delegação de Viseu.

2.1.4. Subsídios

O valor desta rubrica inclui os montantes recebidos este ano das várias entidades, destinados a financiar a construção da Sede da Delegação de Viseu e equipamento informático para invisuais, em Lisboa com o desdobramento que se segue:

Ministério da Defesa Nacional 4.310
Ministério do Emprego e Segurança Social. 8.000
Associados para Sede de Viseu 3.171

2.1.5. Reservas Livres

Para esta conta são transferidos os resultados apurados em todos os exercícios, com excepção do relativo ao ano anterior, que se mantém na conta 59 Resultados Transitados.

ADFA-ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
BALANÇO CONSOLIDADO

CODIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	1995			1994	CODIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1995	1994
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. E PROVIS.	LIQUIDO					
	IMOBILIZADO								
422	Imobilizações Corpóreas	584.283	13.131	571.152	574.854				
423	Edifícios e Outras Construções	7.275	2.017	5.258	1.807	571	Reservas Especiais	540.957	529.522
424	Equipamento Básico	6.275	3.899	2.376	2.418	58	Subsídios	137.521	124.950
425	Equipamento de Transporte	2.174	1.376	798	269	59	Reservas Livres	10.192	32.471
426	Ferramentas e Utensílios	59.270	34.449	24.821	33.543		Resultados Transitados		
428	Equipamento Administrativo	1.807	1.771	36	183			688.670	686.943
429	Outras Imobilizações Corpóreas	9.505		9.505	3.000				
441/6	Imobilizações em Curso					88	Resultado Líquido do Exercício	(15.971)	(6.605)
		670.589	56.643	613.946	616.074		Total do Capital Próprio	672.699	680.338
	CIRCULANTE								
36	Existências								
	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	983		317	317				
33	Produtos Acabados e Intermedios	1.439		1.439	1.130				
32	Mercadorias	2.422		2.422	2.227				
	DÍVIDAS DE TERCEIROS-CURTO PRAZO								
211	Clientes-Corrente	729		729	460				
24	Estado e Outros Entes Públicos	14.662		14.662	15.020				
268	Centros Produtivos	4.314	30	4.284	3.717	293	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS		
268	Outros Devedores	19.705	30	19.675	19.197		DÍVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO		
						221	Fornecedores-c/Corrente	2.955	2.629
						24	Estado e Outros Entes Públicos	2.187	844
						268	Sede/Delegações	3.367	
						268	Centros Produtivos	4.632	3.614
						268	Outros Credores	13.141	7.087
						274	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
159	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS	6.265		6.265	1.550		Proveitos Diferidos	563	3.332
	Outros Títulos Negociáveis								
12+13+14	Depósitos Bancários	39.294		39.294	46.820		Total do Passivo	13.704	10.419
11'	Caixa	4.619		4.619	4.591				
		43.913		43.913	51.411				
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
271	Acréscimos de Proveitos	182		182	156				
272	Despesas com Custo Diferido	0		0	142				
		182		182	298				
	Total do Activo	743.076	56.673	686.403	690.757		Total do Capital Próprio e do Passivo	686.403	690.757

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

CODIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	1995		1994		CODIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	1995		1994	
		1995	1994	1995	1994			1995	1994		
61	Custo das Mercadorias Vendidas	6.200	10.087	6.200	10.087	71	Vendas de Mercadorias	1.201	1.314	16.276	19.318
						72	Prestação de Serviços			17.477	20.632
62	Fornecimentos e Serviços Externos	53.155	58.575								
642	Custos com o Pessoal	46.587	43.882			73	Proveitos Suplementares	1.383	1.772		
645	Remunerações	10.594	8.135			74	Subsídios à Exploração	59.367	44.423		
	Encargos Sociais					76	Outros Proveitos Operacionais	46.716	41.984		
							Quotização	30.406	40.900		
							Outros Proveitos				
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	20.527	6.907					137.872	129.079		
67	Provisões										
						78	Proveitos e Ganhos Financeiros				
							Outros Juros e Proveitos Similares	2.507	5.041		
63	Impostos	52	42								
65	Outros Custos Operacionais	29.963	35.785								
						79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	2.507	5.041		
68	Custos Financeiros										
	Juros de Serviços Bancários	278	311								
69	Custos e Perdas Extraordinárias	17.283	889								
88	Resultado Líquido do Exercício	(15.971)	(6.604)								
	Total do Débito	168.668	158.009				Total do Crédito	168.668	158.009		

2.1.6. Resultados Transitados

Refere-se aos resultados apurados no exercício de 1994.

2.1.7. Resultados Líquidos do Exercício

O contributo de cada Delegação para o Resultado global da Associação encontra-se distribuído da seguinte forma:

	Exerc.	Exerc. Ant.
Sede	-23.802	6.977
Porto	+1.964	- 801
Bragança	+ 4	+ 313
Famalicão	- 297	- 909
Viseu	+3.872	+ 710
Coimbra	+ 145	+ 68

Castelo Branco	+ 361	+ 325
Setúbal	- 97	- 152
Évora	+ 729	- 20
Faro	+ 393	+ 246
Funchal	+ 470	+ 502
Ponta Delgada	- 47	+ 171

2.1.8. Dívidas a Terceiros

Como resultado da Consolidação de Contas, esta rubrica não inclui os valores em dívida entre a Sede e as Delegações. Deve ser realçada a dívida à Tipografia no valor de 2.357 contos.

ADFACAR

Com a constituição do Departamento ADFACAR, vai a nossa Associação comercializar directamente algumas das mais prestigiadas marcas de automóveis que actuam no nosso mercado.

Este departamento multi marcas iniciará a sua actividade a partir do próximo mês de Abril e terá como colaborador, a tempo inteiro, o nosso associado Alberto Pinto.

A ADFA já efectuou acordos de comercialização com os representantes das marcas Renault, Volkswagen e Audi. Continuamos, no entanto, a desenvolver contactos com representantes de outras marcas, no sentido de podermos oferecer as melhores condições na aquisição da sua viatura e na dos seus familiares.

Ao adquirir o seu automóvel através da nossa Associação, não só terá um tratamento especial e personalizado, como também estará a contribuir para que esta possa vir a obter meios financeiros suplementares para fazer face às iniciativas de apoio aos associados.

Esperamos, na próxima edição do nosso jornal, poder dar mais informações sobre este serviço.

Se estás em processo de aquisição de nova viatura, contacta-nos já!

AUTOMÓVEIS RENAULT

Vendas especiais para deficientes

MODELO-3 PORTAS	P.BASE	P.V.P.
Twingo	1.226.885\$00	1.870.000\$00
Twingo Pack	1.295.261\$00	1.950.000\$00
Clio Jump 1.2	1.250.319\$00	1.850.000\$00
Clio Bebop 1.2	1.361.430\$00	1.980.000\$00
Clio Fidji 1.2	1.502.455\$00	2.145.000\$00
Clio RT 1.2	1.686.216\$00	2.360.000\$00
Clio RT 1.4	1.785.860\$00	2.760.000\$00
Clio RTI 1.4	1.811.501\$00	2.790.000\$00

MODELO 5 PORTAS

Clio Jump 1.2	1.314.421\$00	1.925.000\$00
Clio Bebop 1.2	1.425.532\$00	2.055.000\$00
Clio Fidji 1.2	1.566.558\$00	2.220.000\$00
Clio RT 1.2	1.750.319\$00	2.435.000\$00
Clio RT 1.4	1.849.963\$00	2.835.000\$00
Clio Bacara 1.4	2.409.792\$00	3.490.000\$00

MEGANE

Megane RL 1.4	1.930.708\$00	2.935.000\$00
Megane RN 1.4	2.067.460\$00	3.095.000\$00
Megane RT 1.4	2.178.571\$00	3.225.000\$00
Megane RT 1.6	2.530.646\$00	4.045.000\$00
Megane Coupé 1.6	2.291.330\$00	3.765.000\$00
Megane RT 1.9 DT	2.441.712\$00	4.775.000\$00

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA

Clio RT 1.4-3 Portas	1.996.458\$00	3.006.399\$00
Clio RT 1.4-5 Portas	2.060.561\$00	3.081.399\$00
Megane RT 1.6	2.744.321\$00	4.294.399\$00

EXPRESS

Express Combi 1.2	1.539.522\$00	2.245.000\$00
Express Break	1.885.676\$00	2.650.000\$00

Última Hora

Graduações

O Tribunal Constitucional tornará hoje, dia 28 de Março, público o acórdão com as suas conclusões sobre o assunto que a opinião pública conhece como o caso dos "Capitães - Coronéis", sobre a temática das "Graduações".

Tudo parece indicar que o Tribunal se irá pronunciar sobre a inconstitucionalidade da lei que permite a actual situação de injustiça.

Estão por isso todos os deficientes de parabéns, pois em última instancia, foi desta vez o poder judicial que fez ouvir a sua voz defendendo estas justas reivindicações.

Armindo Roque

AUTOMÓVEIS OPEL

MODELO	P. BASE	P.V.P.
ECO 1.2 5P	1.259.968.00	1.908.362.00
ECO 1.2 + 5P	1.315.523.00	1.973.326.00
SWING 1.2 5P	1.487.318.00	2.174.326.00
ECO + 1.4 5P	1.349.669.00	2.278.326.00
SWINGO 1.4 5P	1.527.447.00	2.486.326.00
ECO 1.5D 5P	1.625.338.00	2.762.326.00
ASTRA		
RIO 1.4	2.053.088.00	3.101.326.00
RIO GLS 1.4	2.267.618.00	3.352.326.00
RIO 1.7 TD	2.535.436.00	4.282.326.00
GLS 1.7 TD	2.789.282.00	4.579.326.00
RIO CAR 1.4	2.173.601.00	3.242.326.00
RIO CAR 1.7 TD	2.655.948.00	4.423.325.00
CLUB CAR 1.7 TD	2.769.624.00	4.556.326.00
VECTRA		
CD X 1.7 TD	3.001.248.00	4.4827.326.00
TIGRA		
COUPE 1.4 16V	2.062.490.00	3.112.326.00
COUPE 1.6 16V	2.508.042.00	4.043.326.00

AUTOMÓVEIS VW E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Polo Fox 1.05 2P	1.385.527\$00	1.896.911\$00
Polo GL 1.05 4P	1.623.747\$00	2.175.629\$00
Golf CL 1.4 2P	1.872.192\$00	2.838.983\$00
Golf Movie 1.4 4P	2.143.999\$00	3.156.997\$00
Golf CLD 1.9 4P	1.990.929\$00	4.323.307\$00
Golf TDI 1.9 4P	2.931.012\$00	5.423.204\$00
Golf VAR CL 1.4	2.286.608\$00	3.323.849\$00
Golf Var Cld 1.9	2.228.446\$00	4.601.202\$00
Golf VAR GL TDI	3.112.146\$00	5.635.131\$00
Vento CL 1.4	2.015.291\$00	3.006.409\$00
Vento Cld 1.9	2.137.018\$00	4.494.231\$00
Vento GI Tdi 1.9	3.000.445\$00	5.504.441\$00
Passat CI Tdi 1.9	2.911.347\$00	5.400.196\$00
Passat GL Tdi 1.9	3.518.820\$00	6.110.039\$00
Passat Var CI Tdi 1.9	3.164.009\$00	5.695.810\$00
Passat Var GI Tdi 1.9	3.765.286\$00	6.399.304\$00
Audi A4 1.9 Confort	3.829.983\$00	6.475.000\$00
Audi A4 1.9 Tdi Plus	4.394.086\$00	7.135.000\$00
Audi A4 1.9 Ec Tdi Plus	4.603.487\$00	7.380.000\$00
Audi A6 1.9 Tdi	4.966.735\$00	7.805.000\$00
Audi A6 1.9 Tdi Avant	5.274.428\$00	8.165.000\$00

Os Sócios podem ainda dispôr de VW e AUDI com caixa automática nas seguintes versões:
GOLF 1.900 TDI; AUDI A4 TDI e AUDI A6 TDI.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para a Sede da ADFA (telefones 7570502/0583/0702) no horário de expediente e ainda para telefone 8595016 das 20H00 às 22H00.

Deficiências psicossociais em debate na Suécia

O Forum Helios pôs na mesa a formação e o emprego na União Europeia

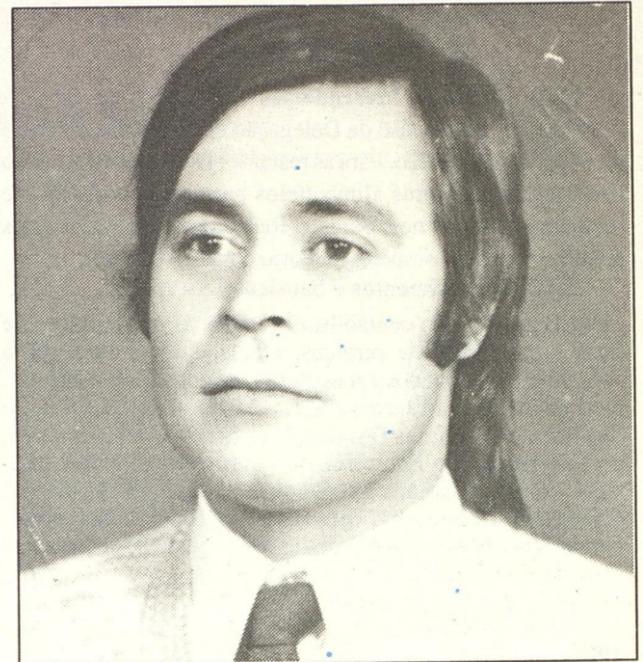
Na Suécia, de 14 a 17 de Outubro de 1995, realizou-se o Simpósio Europeu sobre Formação e Emprego para Pessoas com Deficiências Psicossociais, no contexto do programa Helios. Patrocinado pelo Governo da Suécia, contou com a organização da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Conselho Regional Europeu da Federação Mundial de Saúde Mental, em cooperação com outras instituições europeias e mundiais relacionadas com a deficiência e com a reabilitação.

Discutiram-se questões como a formação e o mercado de trabalho para os portadores de deficiências psicossociais, a disponibilização de medidas que os favoreçam, a sensibilização de entidades responsáveis e questões legislativas, entre outros assuntos.

Os participantes do Simpósio recomendaram princípios relacionados com a igualdade de oportunidades no emprego, a normalização dos locais de trabalho em relação ao estabelecido pelos parceiros europeus e a atribuição de subsídios aos empregadores. Concluiu-se ainda ser necessária uma definição para "deficiências psicossociais", que têm até aqui sido rotuladas de "doenças mentais".

Espera-se que este encontro tenha contribuído para que os portadores de deficiências psicossociais possam viver mais bem sucedidos e satisfeitos na sua aprendizagem, formação, trabalho e na sua vida em geral.

Marta Gouveia



Morreu o nosso associado Reinaldo

Faleceu no passado dia 22 de Março, o nosso associado Reinaldo de Sousa Guimarães, de 52 anos de idade, com 100 % de incapacidade (Tetraplegia), adquirida na sequência de um acidente em serviço, em Angola, ocorrido a 1 de Janeiro de 1967.

O nosso associado encontrava-se a residir no Lar Militar, desde 1973.

Nos seus últimos dias, devido ao agravamento do seu estado de saúde, foi internado de urgência no Hospital Militar Principal, nos cuidados intensivos.

Foi visitado pelo Serviço de Acção Social da ADFA, serviço este que presta apoio aos seus associados internados nos Hospitais Militares.

Foi prestada a última homenagem pela ADFA com deposição de coroa de flores, através da presença do Presidente da Direcção Nacional e outros associados no velório, na Igreja dos Olivais.

A urna foi coberta pela bandeira da ADFA, a qual seguiu para S. João de Ponte-Campelos-Guimarães, sua terra natal, onde se realizou o funeral.

O Presidente da Direcção da Delegação de Famalicão, Anquises de Carvalho, representou a ADFA neste acto, juntamente com dois associados do Núcleo de Guimarães.

A Direcção Nacional diligenciou junto das autoridades militares a prestação de honras militares, tendo o Quartel General da Região Militar do Norte feito deslocar uma força do Regimento de Cavalaria 6 (Braga), sob o comando de um capitão, que se incorporou no funeral e prestou honras fúnebres a este nosso associado junto da sua última morada.

ADFA propõe alterações às disposições legais sobre Mecenato Social

A Direcção Nacional enviou, em 27 de Fevereiro, o seguinte ofício ao Ministro da Solidariedade Social:

Considerando que a Proposta de Lei do Orçamento consigna no seu art. 39-A o Mecenato Social;

Considerando que no ponto 1. do seu articulado remete para o art.9º do IRC, as entidades abrangidas;

Considerando que neste artigo, estão explícitas as Instituições de Solidariedade Social e entidades anexas;

Considerando que no CIRS, no seu art.56º, nº 2, alínea b), também não estão explicitadas as Instituições de e para deficientes;

Sugerimos a bondade de Vossa Excelência, de interferir no sentido de que, no articulado atrás exposto, seja explicitado as associações de e para deficientes, de modo a evitar dúvidas de interpretação da lei.

CONVÍVIO

Associação de Amizade do Bat. Art. 645 "Águias Negras", Guiné

No dia 13 de Abril de 1996, realiza-se no Hotel Abrantur - Pego - Abrantes, um almoço convívio do Bat. Art. 645 que actuou na Guiné em 1964 e 1965.

(Concentração no Campo Militar de Stª Margarida)
CONTACTAR: Rogério M. Cardoso
R. da Escola - Casa Stª Maria, R/C - Alvide
2750 CASCAIS
Telf. 4833507
4861547 (Gravador)

Recordando Zeca Afonso

"A morte saiu à rua num dia assim", cantava Zeca Afonso por ela levado, prematuramente, a 23 de Fevereiro de 1987.

*Amigo maior que o pensamento
Por essa estrada amigo vem
Se alguém houver que não queira
Trá-lo contigo também.*

O autor deste poema foi José Afonso, que também compôs Grândola Vila Morena a senha que viria a desencadear a revolução de Abril. Nasceu em Aveiro, em Agosto de 1929 e faleceu, em Setúbal, em Fevereiro de 1987. Deixou a sua obra por todo o país e o coração em Coimbra, cidade que apesar de tudo, nunca o homenageou condignamente. Apenas uma placa lembra a sua passagem por um modesto quarto numa casa junto à Sé Velha. Homem culto, generoso, músico e poeta de extraordinária sensibilidade, combateu o regime fascista da melhor maneira que sabia. Com os poemas e a sua música denunciou sem medo a Guerra Colonial.

José Maia

Poeticamente

Poeticamente desta vez é feito com um poeta da (casa) - mais propriamente com o Capitão Calvinho.

Nasceu a 10 de Fevereiro de 1944 na Aldeia Nova de S.Bento - Serpa. É sócio fundador da ADFA e foi ferido em Moçambique a 11 de Agosto de 1968.

E OS OUTROS

Onde estão os outros? ...

*...?!Que outros?!...
Quem?!...*

-Aqueles que partiram sem regresso?...

*-Que nem inteiros, nem partidos,
nem mortos regressaram? ...*

*Esses são ainda muitos
dos tantos que os outros foram!*

*-Alguns (quase, nenhuns) serão inteiros (?)
-Outros entre os mortos se contaram
e deles vieram urnas
sem vestígios de morte!*

*(haverá três meses que vi as últimas vazias
de vida e de morte).*

*Outros destes:
terão sido pasto de hiena.*

*-Mas eu ouvi também falar
em «homens cestos»?! ...
Ou em cestos qu'escondem homens!?*

*-Bem, esses... de quem a medo se fala:
Se existem (?)
estão escondidos dos olhos do Povo
e das consciências
daqueles que os olhos, as pernas e
os braços
lhes roubaram...*

*E lhes deram a forma de cesto
suspensos no ar!*

-Mas isso é criminoso!?

Há tanto crime ainda por contar! ...

Neste poema o poeta fala-nos da guerra colonial e de algumas das suas consequências que são os deficientes, deixando na sua mensagem afirmações e interrogações, sempre actuais e que devem ser motivo de reflexão quando se aproxima a comemoração do "25 de Abril".

"Na verdade há muitos crimes ainda por contar?"

Sá Flores

Gadamael

"Os mortos vinham de noite"

Noticiou o jornal "Público", na sua edição de 17.03.96, que José Manuel Saraiva realizou mais um filme sobre a Guerra Colonial mais propriamente sobre a batalha de GADAMAEL.

Para quem não sabe, Gadamael é o nome de uma aldeia perdida no mato, no sul da Guiné, nas margens do rio Cacine que é perfeitamente navegável até ali, com a maré alta, e chama-se mais exactamente: GADAMAEL PORTO.

A batalha de Gadamael é um assunto extremamente importante porque marca o ponto de ruptura definitivo na frágil correlação de forças que as Forças Armadas através das chamadas Tropas Especiais (Páras, Comandos e Fuzileiros), vinham mantendo com a guerrilha do PAIGC. A partir de Gadamael entrou-se em contagem decrescente. O movimento agora liderado por Luís Cabral (depois da morte de Amílcar Cabral, em 20 de Janeiro de 1973), tinha ganho a guerra no terreno e a vitória militar total era apenas uma questão de tempo, tivesse ou não havido "25 de Abril".

Cadamael foi uma odisseia para muitos militares portugueses. Ali passei os quarenta mais longos dias da minha vida, vivi e presenciei coisas que jamais esquecerei.

Em Gadamael era proibido falar do futuro, porque a vida era feita de presente e podia acabar no minuto seguinte, ceifada por uma das granadas que do céu caíam como chuva.

Em Gadamael vi coragem, raiva, desespero, ódio, loucura e medo nos olhos de muitos dos meus companheiros que apenas queriam voltar vivos e o mais inteiros possível. Regressar vivo e inteiro era o pensamento colectivo. Ali não havia lugar para heróis.

Em Gadamael vi soldados a chorar e a desertar às dezenas, abandonando as armas e alguns morrendo afogados no Rio Cacine, único local por onde era possível a fuga, já que o resto estava cercado pelo PAIGC.

Em Gadamael vi soldados enlouquecidos correrem de um ponto para outro das valas/abrigo que circundavam o quartel e morrerem nessa fuga, desesperada e sem sentido.

Em Gadamael vi morrer a equipa de um "Obus 14", porque uma granada de morteiro 120mm lhes caiu em cima.

Em Gadamael vi aviões que bombardeavam a 2.000 metros e não acertavam em nada. E vi a ausência de helicópteros para a evacuação de feridos e mortos. E vi também helicópteros e "heli-canhões" a transportar e a servir de escolta ao General que ali desceu durante dez minutos para "moralizar" as tropas. Os feridos que não eram generais, nem coronéis, nem sequer majores, eram transportados de "sintex" ou de "zebro", pela crista das ondas, durante treze quilómetros, até Cacine e até aos "zebrós" de "berliet", por uma picada cheia de calhaus e a alta velocidade, numa tentativa patética de passar por entre as salvas de morteiros.

Mas, o que mais me marcou em Gadamael foi aquele alferes miliciano, enviado da Metrópole numa rendição individual, directamente para Gadamael, que durante a instrução ali em Mafra teria disparado, quanto muito, uma centena de tiros.

Apareceu-me correndo debaixo de um bombardeamento cerrado de morteiros 120mm e foi "aterrar" no abrigo onde me encontrava. Estava completamente aterrorizado e disse-me que queria fugir dali para bem longe, porque não aguentava semelhante pressão. Eu, apesar dos meus próprios receios, recomendei-lhe calma e ele, passado o bombardeamento, lá seguiu rumo à sua zona.

No dia seguinte, quando estava a equipar-me para mais um patrulhamento exterior, ouvi o crepitar de dezenas de armas automáticas, entre as quais se distinguia nitidamente o matraquear inconfundível das "Kalashniciov". Fiquei surpreendido pois não tinha conhecimento da saída de qualquer grupo.

Foi quando estava a tentar indagar o que teria acontecido que apareceu o comandante de companhia a dizer-me que tínhamos de avançar rapidamente com o segundo e quarto pelotões, a fim de prestar auxílio a um pequeno grupo do Exército que tinha sido atacado ali perto do arame farpado. Em poucos minutos pusémo-nos a caminho praguejando contra quem tinha dado uma ordem tão absurda (o mais pequeno efectivo com que saímos para patrulhas era uma companhia). O espectáculo com que deparámos era deveras dantesco: no solo jaziam quatro corpos sem vida. O grupo caíra numa emboscada e aqueles homens foram atingidos aos primeiros tiros, tendo os seus companheiros fugido em direcção ao quartel, atitude que pode parecer covarde, mas que lhes salvou a vida. E que outra coisa podiam fazer contra um grupo de guerrilheiros experientes e em maior número?

Entre eles estava o infeliz alferes que na véspera procurara

guarida no meu abrigo e que destoava dos outros pela brancura da pele ainda não queimada pelo sol dos trópicos. Ao vê-lo não pude deixar de pensar: "pobre alferes, afinal sempre vais sair deste inferno, mais cedo do que pensavas... mas da única forma que te recusarias"!

Já não havia nada a fazer e carregámo-los às costas até ao quartel e ali amontoámo-los na única viatura que ainda rodava em toda a Unidade e junto com alguns feridos transportámo-los a um "porto" de recurso, cerca de quatro quilómetros rio abaixo, já que a doca que servia o aquartelamento estava destruída e era constantemente batida pela artilharia inimiga.

Debaixo de um fogo cerrado e depois de uma espécie de jogo ao gato e ao rato com os botes dos fuzileiros que se piraram para o meio do rio para fugir às morteadas, lá conseguimos embarcá-los para Cacine. Agora já eram cinco os mortos, um dos feridos, soldado da milícia, com um estilhaço no pulmão, não aguentou a espera de mais de três horas.

Ao nosso lado, mendigando um lugar nos barcos que levavam os mortos, choravam soldados do Exército completamente desorientados e com o moral feito em pedaços. Confesso que apesar da dureza da guerra a que já estava habituado, senti crescer dentro de mim uma raiva surda e um incomensurável desprezo contra todos os fazedores de guerras.

Para finalizar, quero acrescentar que em Gadamael, Guilége, Guidage, Cadique e outros pontos do sul da Guiné, morreram naqueles primeiros meses de 1973, muitas dezenas de soldados portugueses que não queriam morrer por aquela pátria, nem por aquele solo que não sentiam como seu. A sua Pátria, eles sabiam, estava a milhares de quilómetros para Norte onde habitavam as suas famílias e onde tinham as suas raízes.

Enquanto isto, neste "jardim à Beira Mar Plantado", dormia-se o sono dos inocentes... porque, como diz o poeta Calvinho, "Os Mortos vinham de Noite".

O filme vai passar na "Sic", no dia 22 de Maio próximo. Vamos aguardar para ver

Carmo Vicente

Coluna do Zangão

Corre lenta a tarde; entre nuvens ameaçadoras e os persistentes chuviscos, apenas entrecortados pelo ritmo cadenciado dos teclados, a paz reinava na Redacção do nosso ELO.

Subitamente, aquele já nosso conhecido zumbido fez-se ouvir. Um sonoro "boas-tardes" ecoou.

Era o nosso amigo Zangão.

Rapidamente tomei as diligências necessárias para o ouvir.

- Amigo Zangão. É sempre com prazer que o vemos por aqui, disse-lhe eu.

- Tem graça. Vejo que hoje é dia 19 de Março. Os calendários litúrgicos assinalam este dia como dedicado a S. José, pai adoptivo de Jesus, o Cristo.

- É verdade, retorqui. E curiosamente hoje é dia do pai.

- Pois é. É dia do pai. Dia da sociedade de consumo fomentar o consumismo. Ligue para o zero qualquer coisa e saiba o que dar ao seu pai.

- Até parece - continuou - que os ouvintes são incapazes de comprar um presentinho. Ou será mais uma forma de "transferir" da carteira de uns para a de outros?

Depois de uma breve pausa, com o olhar perdido no horizonte, o ferrão iniciou o seu movimento característico, e continuou:

- Quantos jovens não têm hoje oportunidade de dar um abraço aos seus pais, cujas vidas foram ceifadas pela guerra?

- Em Portugal, em Angola, Moçambique, Guiné, isto apenas para falarmos nos locais a que nos sentimos ligados por fortes vínculos históricos. Porque por esse mundo fora ...

- Que melhor presente do que uma profunda meditação sobre as causas das guerras.

- Quem lucra e quem perde em tais conflitos? Que podem fazer esses jovens órfãos?. Que podem fazer os sobreviventes dessas aberrações?

- A resposta está dentro de cada um de nós. E, como entrou, assim saiu o nosso amigo zangão deixando no ar o...

- Eu voltarei."

VICTOR SENGO

Coimbra - Prova Nacional de pesca desportiva



Em mais uma iniciativa da Secção de Pesca realizou-se mais um concurso de Pesca Desportiva. Com o apoio do INATEL e algumas empresas.

A iniciativa foi coroada de êxito, social e desportivo. Estiveram presentes 165 atletas divididos por cinco sectores, seniores, Juniores e senhoras. Competiram 28 equipas, oriundas dos diversos pontos do país.

Ao contrário do ano passado, a natureza presenteou-nos desta vez com um autêntico dia de Primavera. Só os peixes não quiseram colaborar, havendo reduzidas capturas em relação ao último ano. Mesmo com pouco peixe, os atletas e todos os presentes conviveram entre si, aceitando desportivamente os resultados, que não foram famosos, mas que não impediram que os melhores classificados conquistassem os valiosos

premios em disputa. Foi um dia de festa, saindo mais uma vez a ADFA prestigiada com mais esta iniciativa. A semelhança do ano passado, - 'também este ano a Direcção Nacional se fez representar com a presença de um elemento daquele órgão social, camarada Sertório tendo a oportunidade de testemunhar a pujança da nossa Associação nesta região, numa iniciativa já consagrada no panorama da

"A Guerra de África"

Do nosso associado Silva Pinto recebemos o seguinte comentário ao artigo da autoria do nosso colaborador e associado Carmo Vicente publicado no último número do nosso jornal.

É saudável que o "Elo" sirva de tribuna de debate de ideias e de posições; é sinal que tem dinâmica e que está a prestar um grande contributo à causa dos deficientes militares e ao esclarecimento da história recente de Portugal.

Li com atenção o artigo "A Guerra de África", de Carmo Vicente, no ELO de Fev96.

Se as opiniões são respeitáveis - concorde-se ou não com elas -, os factos, porém, são sagrados. Dois aspectos a realçar. Não se lamenta o autor pelo silêncio dos mortos. Se pudessem falar, boa parte deles clamaria umas tantas verdades, em discordância com o teor do artigo.

Em segundo lugar, o autor tem nítidas carências no foro da aritmética, isto é, não sabe contar, situação que se agrava pelo desconhecimento de que as mãos, por norma, têm apenas dez dedos. Em resultado, entretem-se a malhar no pessoal do QP. Saúde!

A guerra foi de todos, de praças, de sargentos e oficiais milicianos, de sargentos e oficiais dos quadros permanentes. Sendo todos portugueses, havia de tudo, desde o muito bom ao muito mau. Mas o certo é que a percentagem de baixas (mortos e feridos) em combate nos QP é manifestamente superior à dos correspondentes milicianos. Também não restam dúvidas de que, em proporção, morreram mais capitães do que praças. É natural. Que eu saiba, apenas os militares do QP tinham direito a repetir as comissões. De lembrar ainda que um capitão comandava, números redondos, 150 soldados e cabos.

Se o autor pretende fabricar "a posteriori" alferes do QP, aos montes, perde tempo e feito - era artigo muito raro. E esquecendo que um major não comandava secções de atiradores, distorce a realidade.

A talhe de foice e pelo que me diz respeito, nunca vi ninguém reclamar a ida para operações, nem do vagemestre, nem do 1º sargento da Companhia. A malta "dispensava-os" em benefício dos almoços e do vencimento a tempo e horas.

Capitães no fresco? Sem dúvida. Também lá havia soldados e furriéis milicianos. Importa, todavia, salientar uma ligeira diferença: se uma comissão "no duro" moía e bastante - centenas de milhares de testemunhos o provam -, duas arrasavam, três estoiravam os mais duros, e quatro...acabavam com o resto se houvesse. Ora, a guerra durou 13 anos.

Honra, pois, aos soldados, cabos, sargentos e oficiais do complemento que, a bem ou a mal, mais ou menos contrariados, deram o melhor de si mesmos, sofreram as passas do Algarve e tantas vezes se revelaram inultrapassáveis exemplos de valor, dedicação e heroísmo. Estou à vontade para o afirmar.

Mas, que diabo, também lá havia gente do QP. E muita! Carmo Vicente é que viu mal. O que é pena, na medida em que alguma dessa rapaziada, actualmente na reforma, não tem quaisquer óbices em sugerir um exame à consciência e aos olhos do autor do infeliz artigo.

Creio que este comentário poderá trazer alguma animação acrescida ao "Elo".

António da Silva Pinto

pesca desportiva nacional.

PRINCIPAIS CLASSIFICAÇÕES EQUIPAS

- 1º Clube de Pesca de Poiares
- 2º Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral
- 3º UUnião Popular de Chelo

INDIVIDUAIS

SECTOR A

- 1º Ando Rodrigues
- 2º Ernesto Almeida
- 3º António Mendes

SECTOR B

- 1º Paulo Santos
- 2º Fernando
- 3º Alberto Pimenta

SECTOR C

- 1º Armindo Silva
- 2º Marco Oliveira
- 3º -Manuel Craveiro

SECTOR D

- 1º José Leitão
- 2º Angelino Rosa
- 3º José Simões

JUVENIS

- 1º -Ricardo Ferreira
- SENHORAS
- 1ª Paula Craveiro
- 2ª Maria Fernanda

Nova Direcção da ACAPO em Coimbra

A convite da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, o presidente da ADFA Coimbra esteve presente nas instalações daquela instituição, no passado 29 de Fevereiro.

A aposta na resolução dos problemas económicos através de fontes de receita é uma das grandes prioridades da ACAPO, em Coimbra, como referiu Ilda Nunes presidente da Direcção. A angariação de fundos será também uma componente importante na actuação da Direcção.

Depois de um encontro realizado para divulgar o plano de actividades até 1998, onde participaram representantes de diversos organismos oficiais, a doutora Ilda Nunes adiantou que irá intensificar a procura de patrocínios para as diversas actividades.

Nesta apresentação falou ainda o Dr. José Adelino Guerra, na sua qualidade de presidente nacional da ACAPO.

Antes da cerimónia, o presidente da ADFA Coimbra teve um encontro com José Guerra, tendo sido focados assuntos relativos aos deficientes em geral, mas à ADFA em particular.

Lembre-se que José Guerra é associado da ADFA ocupando, neste momento, o cargo de presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Coimbra.

José Maia aproveitou para falar com alguns dirigentes da ACAPO, em particular com a Drª. Teresa Maia e Drª Ilda a quem expressou em nome da ADFA as maiores felicidades para aquela organização.

No final houve um convívio com todos os participantes acompanhado de um beberete oferecido por aquela Associação.

José Maia

4 de Maio de 1996

Inauguração das novas instalações da ADFA - Delegação de Viseu

Quando há vontade, os homens querem, a solidariedade existe, a obra nasce. Foi assim com este elo de ligação, de querer estar na sociedade em toda a sua plenitude, que esta Delegação da ADFA congregou à sua volta, num espírito de colaboração, entidades civis e militares, Direcção Nacional, Delegações da ADFA e Exmos. associados. Todos em uníssono contribuíram para a nossa nova casa adaptada, sem barreiras arquitectónicas a obstruir a entrada a todos os Deficientes das Forças Armadas e, em geral, criando acessibilidade e mobilidade da pessoa deficiente, facultando, humana e dignamente, a sua reabilitação e reinserção na sociedade e no mundo do trabalho. Foi assim, imbuídos neste espírito, que conseguimos a nossa nova casa, que vamos inaugurar no próximo dia 4 de Maio. Apela-se a todos os associados e respectivas famílias a estarem presentes nos actos solenes, que terão lugar neste dia, já que todos têm esse direito e, por que não dizer, obrigação!

Vamos todos dizer sim a este memorável dia que para sempre vai ficar na história da nossa Associação e desta Delegação de Viseu, que muito nos orgulha, tendo nós tudo sempre feito para cada vez mais a dignificar.

Entra em contacto com a Delegação e honra-nos com a tua presença. Contamos contigo

Alteração do número do telefone

Devido a mudança de instalações o nº de telefone da Delegação de Viseu foi alterado para o seguinte:
(032) 316034

Núcleo de Alcobaça.

Visita à Sede/Aniversário da ADFA

A C. I. do Núcleo de Alcobaça tem em organização uma excursão de sócios da área, a fim de proporcionar uma visita à sede Nacional da ADFA e a participação nos comemorações de mais um aniversário da nossa Associação que este ano se realizam no dia 12 de Maio.

Os interessados em participar em mais esta iniciativa promovida pelo Núcleo de Alcobaça devem, para que possamos providenciar transporte gratuito, fazer a sua inscrição provisória, para os números de telefone: Daniel: 062-503133; Amaro: 062-596253; Aniceto: 062-41492; Asdrúbal: 062-544283 e Silvío: 062-41733.

Esperamos a tua participação, para que esta iniciativa decorra de forma agradável o constitua mais um momento alto da associativismo da nossa ADFA.

INSCREVE-TE PARTICIPA DINAMIZA A TUA ASSOCIAÇÃO

Famalicão

Excursão a Lisboa

A Delegação de Famalicão vai promover a organização de uma excursão à Sede, no dia 13 de Abril de 1996, a fim de facilitar a deslocação e participação dos associados daquela zona, na Assembleia Geral Nacional.

Esta organização tem um grande apoio por parte do Núcleo de Guimarães, local de partida do autocarro.

Para marcações e informações, agradecemos

Carmo Vicente

Texto de Armindo Roque Fotos de Farinho Lopes

Reunião de sócios na Sede



A reunião de sócios que a Direcção Nacional da ADFA (DN) mensalmente realiza decorreu no dia 22 de Março com a presença de 50 pessoas.

A DN começou por prestar informações de ordem geral que vêm a maior parte delas publicadas neste jornal.

Acerca da criação de Núcleos nos PALOP um sócio guineense considerou injusto que se estejam a criar núcleos no Maputo e em Luanda e não se crie um em Bissau. A DN respondeu que a criação de núcleos é um movimento que "vem de baixo para cima" e que se os associados desse país se organizarem lhes dará todo o apoio.

A problemática do pagamento das quotas preencheu quase toda a reunião. Os associados do Núcleo do Barreiro apresentaram uma proposta no sentido de um perdão parcial mas com a condição de que os sócios que reicidiram teriam então de pagar as quotas em atraso.

Um outro associado disse que este problema é tão complexo que ele próprio já tinha mudado de opinião 3 vezes.

Houve mesmo quem afirmasse que os actuais membros da DN "são os herdeiros da desgraça" mas que este problema deve ser tratado com muito cuidado, pois se trata também de um problema de esclarecimento. A DN concordou com esta posição e disse que é a primeira vez que este problema está a ser discutido no nosso seio com esta profundidade. Afirmou que é necessário esclarecer os associados que a ADFA não é "Estado", e que que é necessário passar essa mensagem para o exterior pois, mesmo nalguns círculos da comunicação social, pensam que a ADFA existe para esconder os problemas dos deficientes militares e não para os defender. Considerou esta situação confrangedora mas que os jornalistas já estão neste momento mais bem informados.

Publicamos nesta mesma página uma carta que nos foi enviada por um associado sobre o que se passou nesta reunião e que nos parece sintetizar o que nela se disse sobre o problema das quotas em atraso.

Este mês, por absoluta falta de espaço, não nos foi possível fazer uma reportagem mais detalhada.

Vem até nós!

A última reunião geral de sócios, mostrou à evidência que a Associação está viva e bem viva,

Depois de acesa discussão sobre como resolver a questão dos sócios que têm as suas quotas em atraso, uma vez que a Direcção, dado o melindre do assunto em causa, resolvera, e muito bem, ouvir a opinião dos seus sócios sobre o mesmo, foram ouvidas as várias opiniões que se centram na seguinte dualidade: se por um lado não é aceitável admitir que uma Associação possa viver sem que os seus constituintes cumpram com a sua obrigação primeira que é o pagamento das suas quotas, não sendo por isso aceitável que os que as pagam, vejam os seus direitos a serem iguais aos daqueles que o não fazem, havendo até uma disposição Estatutária que define o comportamento a adoptar sobre os faltosos (12 meses em falta no pagamento das quotas, implicam a imediata suspensão dos seus direitos de sócio, depois de prévio aviso), por outro lado as eventuais razões que podem ter condicionado alguns afastamentos, sempre de lamentar, as repercussões que teriam para a própria Associação dessa "limpeza" de ficheiros que tal atitude comportaria, e a comprovação realista de que a própria Associação reconhece com dignidade de que não está isenta de culpas no seu passado recente para algumas dessas reacções de discórdia e desalento, levaram a que se tivesse, por consenso generalizado, chegado à conclusão de que se devia confiar na actual Direcção para que esta desenvolva de imediato uma campanha de "chamada à realidade" desse "ficheiro morto", feita individualmente por carta, e colectivamente através deste Jornal, sempre dentro duma realidade consensual, e não radicalista, com o bom-senso que este assunto exige.

Porém, o mais importante foi a demonstração clara que todos os presentes deram que a NOSSA Associação será, no futuro, aquilo que Nós quisermos que ela seja, e que não basta pedir aos sócios que paguem as suas quotas mas que é indispensável que eles sintam, na prática, que ela está ao seu serviço com exemplos reais desses serviços prestados! E aqui atingiu-se um dos pontos mais relevantes da reunião, com a explanação daquilo que já hoje se faz, e sobretudo do que está em marcha para ser realidade a curto prazo!

Vamos dinamizar e dignificar a nossa IMAGEM, através de uma ACÇÃO constante, para a qual concentraremos atenções na Comunicação Social, peça fundamental para a concretização dos nossos tão dignos objectivos! Mas para isso precisamos de TI! Esquece alguns amargos que eventualmente possam ter causado o teu eventual afastamento de nós (se calhar até tinhas razão ...), mas vem até aqui conhecer esta tua NOVA casa, nas instalações, mas sobretudo no Espírito! Se vives longe, paga ao menos as tuas quotas! Se estás perto, independentemente das tuas habilitações, terás sempre lugar no trabalho que nos propomos fazer, no teu próprio interesse! VEM, pois! E desde já os nossos antecipados agradecimentos por isso!

Um sócio identificado

As Verdades da Guerra

Na miséria familiares de um sócio falecido

Todos os anos a Rádio Vouzela, visita uma família carenciada pela altura do Natal, Fim de Ano, data própria à união da família, à convivência entre amigos, à solidariedade social, altura propícia também para lembrar e recordar o amor, o bem-estar daqueles que nos são queridos até para além da morte, daqueles que não têm nada e tanto sofrem para sobreviver. Esta Rádio e os seus ouvintes fazem questão de nesta altura levar um bocadinho de conforto com alguns bens essenciais a estas famílias tão carenciadas, para que passem o Natal e um Fim de Ano diferente de todos os outros dias do ano.

Que gesto tão bonito o desta Rádio Vouzela aqui situada nas Beiras! Como é sabido, o papel das rádios é o de informar, divulgar a nossa música, estar socialmente na sociedade também para alertar o que na verdade se passa com os cidadãos que compõem e fazem as sociedades em que vivemos e portanto levam por sua vez à existência das instituições que representam os cidadãos, substituindo-se assim ao próprio Estado. Como é sabido, as instituições de solidariedade social por vezes não tomam conta destes nossos cidadãos que sofrem, apoiando-os, conforme consta na Constituição Portuguesa, no direito ao trabalho, na assistência médica e numa habitação digna.

Esta família altamente carenciada, é composta por onze irmãos, a mãe, D. Laurentina, e já uma netinha deficiente que veio aumentar ainda mais as suas dificuldades e o sofrimento, todos deficientes do foro psíquico sofrendo graves problemas de saúde, vivendo em condições degradantes, sem o mínimo de condições. Esta família vive em Eide, freguesia de Monteiras, concelho de Castro Daire, zona do país com um índice de analfabetismo avançado, não fugindo ao flagelo que afecta as sociedades que vivem longe dos centros de decisão, ficando assim privados de social e culturalmente evoluírem, vivendo num completo analfabetismo.

LEVOU UM TIRO NO PULMÃO

O chefe desta família foi um combatente que combateu nas guerras de África, do Ultramar então português, em defesa da Pátria e foi ferido por tiro em pleno teatro de guerra, em combate, zona 100% operacional, conforme foi considerado o acidente, atribuindo-lhe a junta 30% de incapacidade. A deficiência que consta nos arquivos do Exército foi diagnosticada, exemplificada por "lesão traumática do plexo braquial esquerdo provocada por tiro", não mencionando que o tiro lhe apanhou o pulmão e as costelas, ficando por isso sempre a sofrer e que mais tarde lhe veio a afectar toda a parte esquerda incluindo a garganta e a boca, em consequência de tudo isto veio a falecer em Maio de 1990, diagnosticando o médico que a morte foi provocada por "carcinoma de laringe, metastizada". Por isso a Caixa Geral de Aposentações entendeu que as causas da morte não estão relacionadas com a deficiência, o que veio lançar toda esta família numa miséria total pela falta do único sustento com que viviam, enquanto o chefe da família viveu e recebia um subsidio de compensação pago pela Nação, por perdas e danos quando ao serviço da Pátria. Na guerra contraiu a deficiência que o levou a partir mais cedo do reino dos vivos, reduzindo em muito o tempo que com certeza lhe estava destinado para viver, sustentar toda a família mas que a CGA disse não a um direito que a família deste herói nacional deveria ter e não teve!

RESPONDA QUEM SOUBER

... A ADFA de Viseu tudo fez para solucionar este problema que achamos por direito que esta família deveria usufruir para além da morte do combatente, chefe de família exemplar, por entendermos que as causas da morte estão relacionadas com a deficiência que se agravou com o decorrer dos anos, com infecções graves que o levaram á morte, mas que alguém não quis admitir! Quem é o culpado por mais esta situação? Responda quem souber.

João Gonçalves

"Deficientes em serviço"

Já muito foi dito sobre os deficientes das Forças Armadas, cujas deficiências foram consideradas em serviço; no entanto a situação mantém-se na mesma, infelizmente.

Ao ler a carta do sócio nº 6041, Albino Maia, publicada no "Elo" de Fevereiro fiquei com ideia ainda mais reforçada de que há pessoas a quem não interessa que os deficientes das Forças Armadas tenham todos o mesmo estatuto.

Estou 100% de acordo com o teor da carta do Sr. Albino Maia.

Repare-se no parágrafo em que ele diz o seguinte: "Nesta conformidade, parece-me óbvio que os deficientes militares são os que se deficientaram no cumprimento do serviço militar, o que é um dever fundamental à defesa da Pátria e para os que ficaram deficientes, o Estado logo tem que assumir as suas obrigações".

No meu entender, este parágrafo define tudo. Não pode haver deficientes em campanha e deficientes em serviço, mas sim, pura e simplesmente "DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS".

Será que numa empresa onde, por exemplo, um trabalhador se deficiente nas oficinas e outro nos serviços administrativos, depois terá, cada um o seu estatuto de deficiente?

Isto é só um exemplo, mas penso ser elucidativo para se compreender aquilo que não se deve fazer.

Um militar deficientou-se, não importa onde nem como. Importa sim que o Estado assuma as suas responsabilidades,

criando um estatuto igual para todos os deficientes.

Também no "Elo" de Fevereiro veio publicado outra carta do sócio nº 4758 Gabirro Fernandes. Não concordo com ele.

Se a situação actual não é justa ao discriminar os deficientes das Forças Armadas, considerando uns como deficientes em serviço e outros em campanha, mais injusta e confusa seria se se viesse a ter em conta "as comissões de serviço" nas ex-colónias, treinos com explosivos, exercícios militares com fogo real, saltos em pára-quedas, etc.

Sinceramente, só falta incluir se o acidente foi de noite, de dia, ou até em fases de Lua diferentes.

Espero que o camarada Gabirro Fernandes não leve a mal a minha discordância em relação à sua opinião. No fundo o que importa é que nós, Deficientes das Forças Armadas, mesmo com "achegas" diferentes, acabemos por estar todos do mesmo lado e reconhecer que é uma injustiça haver deficientes considerados em serviço

João Chelo Gonçalves
Sócio nº 3168 (30% em Serviço)

Casamento

Deficiente militar, viúvo,
Procura companheira no mesmo estado civil.

Contacto: Telf. 3965071

Conselho Nacional reuniu na Sede no dia 16 de Março

Em clima de grande vivacidade e empenho foram debatidos os problemas fundamentais da ADFA

O Conselho Nacional reuniu pela primeira vez neste ano de 1996 em sessão ordinária que decorreu no dia 16 de Março na Sede Nacional.

ACTIVIDADES DE 1995

O primeiro ponto a ser apreciado foi, de harmonia com a actual lei estatutária, a aplicação do orçamento no ano de 1995 tendo sido factos mais salientes das intervenções: os elevados custos que já se detectam com a manutenção da sede e regularizações técnico-contabilísticas.

Decidiu o CN que a Direcção Nacional, pela forma e critério de justiça que melhor entenda, efectue o pagamento aos formandos do "curso de activos" que teve lugar na sede durante o ano passado.

O ponto seguinte foi a análise e votação do relatório do próprio Conselho Nacional que após a sua leitura e sem intervenções foi aprovado.

O presidente do Conselho Fiscal Nacional apresentou seguidamente o parecer relativamente às actividades da ADFA no ano findo, o qual alertou em relação à situação financeira da ADFA e para o elevado volume dos subsídios em relação ao montante das quotas cobradas; indicou também que a análise financeira apresentada não era 100% correcta já que se baseara em dados de há cerca de um mês atrás.

A ADFA EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE

Em seguida apreciou-se a criação de núcleos da ADFA no Maputo e Luanda tendo o Vice-Presidente da DN introduzido o tema. Os conselheiros na generalidade enalteceram a abertura destes núcleos realçando o estatuto universalista da ADFA. Debateu-se seguidamente a autorização do CN para que a DN em conjunto com outra empresa, crie uma sociedade para intervir directamente na cooperação com os deficientes militares de Angola numa perspectiva de abrangência que incorpore no mesmo apoio os nossos camaradas deficientes que lutaram ao serviço das Forças Armadas Portuguesas.

Tal como no parecer solicitado ao Conselho

Económico foram expressas muitas dúvidas e cautelas por insuficiência de informação e desconhecimento de toda a abrangência do assunto. O próprio Conselho Económico recomenda prudência, tece algumas críticas ao projecto embora não impeça a sua viabilização.

O presidente da Direcção Nacional fez uma intervenção aprofundada sobre toda a matéria afirmando que a ADFA não pode perder esta oportunidade. Este projecto que inclui a criação em Luanda de um centro para fornecimento de próteses aos deficientes militares angolanos é um exemplo

associação. Foi revelado que tal como já se encontra em fase de estudo protocolos para que a Associação passe directamente a mediar a venda de viaturas e de viagens, turísticas, também se pretende, logo que oportuno, tomar iniciativas idênticas na área dos seguros.

REGULAMENTO GERAL DA ADFA

O ponto seguinte, baseado nas disposições transitórias dos estatutos, deliberou sobre a elaboração do Regulamento Geral da ADFA tendo determinado que o respectivo projecto seja

a nível nacional. É pois necessário a intensificação da informação para que os Órgãos nacionais sintam que têm os sócios das delegações atrás de si e que os acompanham no seu ritmo indicando-lhes o que é preciso fazer para animar o corpo associativo.

Foi também exposto o ponto da situação do trabalho já desenvolvido pela comissão que está a fazer o estudo, determinado na última reunião do Conselho Nacional, para a apreciação por este da viabilidade da criação da Delegação de Lisboa tendo a DN assegurado que o respectivo

mização recentemente criada. Como factos positivos da dinâmica associativa, foi realçada a importância da reunião no dia 7 de Março em Famalicão das direcções das delegações daquela cidade, do Porto, de Bragança e de Viseu as quais vão promover a exibição da exposição sobre a guerra colonial que já esteve patente na sede e na delegação do Porto elaborada pelos alunos do externato Infante D. Henrique de Ruilhe, Braga. Em sequência desta reunião foi decidido que a direcção da delegação do Porto crie um gabinete de estudos e um gabinete jurídico que possa apoiar as restantes delegações. Esta Delegação assumiu também a resolução de quaisquer problemas com o Hospital Militar do Porto relativamente a associados das outras delegações. A Delegação de Viseu informou que, contactada por serviços médicos que pretendem garantir serviços aos nossos associados em condições vantajosas, promoveu ela mesma um "mailing" para todos os associados tendo aqueles serviços garantido o custo dos portes do correio. Esta Delegação considera importante na sua área e até no resto do país que a ADFA promova junto das escolas colóquios sobre o que é o "stress" de guerra dado que é uma matéria praticamente desconhecida da classe médica do interior do país.

Apelou-se ou melhor lançou-se um desafio a uma intervenção mais acutilante dos elementos presentes dos conselhos de delegação. É necessário por outro lado um eficaz relacionamento entre a DN e as delegações na intervenção externa quer junto de entidades quer junto dos Órgãos de comunicação social aproveitando-se neste sentido a criatividade e a capacidade de imaginação dos órgãos locais que devem ser divulgadores dos objectivos da Associação e elementos de referência nas áreas em que se integram. É pois importante essa articulação e prestou um bom serviço à Associação a Delegação da Madeira quando recentemente e para clarificação de uma tomada de posição da Assembleia Regional criou condições para que dois elementos dos Órgãos nacionais ali se deslocassem para uma intervenção que dignificou não só os deficientes das For-

ças Armadas daquele Arquipélago mas de todo o país. É importante a presença da ADFA nas rádios e imprensas locais com voz autorizada na defesa dos direitos já conseguidos lutando pela obtenção daqueles que os não têm.

QUOTAS EM ATRASO

A abordagem do delicado problema que se vive há alguns anos dos associados que se atrasaram no pagamento das quotas gerou um debate acalorado que reflectiu duas posições que foi difícil conciliar: a que não aceita a via do perdão, total ou parcial, do débito em atraso e a que defende uma solução mais moderada ainda que não pondo de parte a aplicação de penalizações.

No decorrer do debate surgiram duas propostas além das apresentadas pela DN, que reflectiam as posições e as sensibilidades quanto ao delicado problema em discussão.

Perante o impasse em que estava a cair o debate, a DN tentou a elaboração de um documento de consenso, mas qualquer das propostas não mereceu a aprovação da maioria absoluta do Conselho Nacional.

Assim, na ausência de uma proposta do CN para apresentar na Assembleia Geral de 13 de Abril, a Direcção Nacional manifestou a intenção de tomar a iniciativa nesse sentido.

POLÍTICA REIVINDICATIVA

A encerrar este Conselho Nacional a DN deu conta das diligências feitas e dos passos já dados junto dos órgãos do poder político e militar, sobre a "estratégia relativa às reivindicações legislativas da ADFA", aguardando-se a abertura de negociações com o Ministério da Defesa Nacional.

Por fim a DN referiu-se ainda à constituição recente do grupo de dinamização para as várias áreas de actividades, de carácter desportivo, recreativo e cultural, que se pretende implementar, à dinâmica que se está a imprimir ao jornal "ELO" e aos programas das comemorações do 25 de Abril e do aniversário da ADFA.

O presidente da MAGN deu por findos os trabalhos desta reunião ordinária do Conselho Nacional, enaltecendo a forma viva e construtiva como decorreram os debates.



claro da nossa função solidária do saber dar e saber receber.

Com recomendações diversas para que a DN tente na sociedade a criar, manter a maioria do respectivo capital social e que a mesma persiga os objectivos sociais da nossa Associação

Foi assim autorizada a DN, com todas as recomendações de prudência, a criar condições para que a ADFA integre a sociedade que se pretende.

A ADFA MEDIADORA DE SERVIÇOS

Ponto agendado por determinação do anterior Conselho Nacional, a Direcção Nacional apresentou quatro propostas de correctoras e mediadoras de seguros no sentido da cobertura simultânea de todas as situações de risco da Associação. Não havendo relativamente a este caso nenhuma recomendação específica do conselho, a DN assumiu implementar todo um esquema global de seguros que sirva os interesses de toda a

apresentado dentro de um prazo de seis meses incumbindo a sua formulação aos elementos da lista autónoma do Conselho Nacional que se articularam sob a coordenação dos associados José Arruda, Luís Baltazar, Sá Flores, Noronha e Silva.

DINAMIZAÇÃO DA VIDA ASSOCIATIVA

A DN introduziu o ponto seguinte sobre a vivência associativa nas delegações tendo começado por salientar as diversas deslocações que a DN já fez este ano para encontros com os órgãos locais e associados. Ficou-se com a sensação de que a vivência em diversas delegações está muito aquém daquilo que a ADFA exige e não chega aos Órgãos nacionais o eco da vida associativa local. Algumas Delegações vivem única e simplesmente da mera função administrativa sem qualquer entrosamento associativo no meio social envolvente. A DN está disponível para encontrar esquemas para que a ADFA se torne viva e se movimente

trabalho está concluído antes do dia 25 de Maio data limite para o fazer.

Os conselheiros debruçaram-se sobre este tema tendo indicado que a vida associativa nas delegações é fulcral para a vitalidade da ADFA e que a DN tem um papel muito importante a desempenhar na dinamização, inclusive na área das delegações. É assim fundamental que reuna e debata os grandes problemas da associação com as direcções das delegações.

INICIATIVAS EM CURSO

Os Órgãos locais têm a consciência de que pouco têm acompanhado o andamento dos Órgãos nacionais. Poderia ser um factor importante de dinamização a flexibilidade de horários nas delegações e a promoção de um inquérito aos associados perguntando-lhes que serviços a ADFA lhes deve prestar, quais as actividades em que gostariam de se envolver; um trabalho interessante a desenvolver pela comissão de dina-